

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANGELA CAROLINE SZYCHOWSKI

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO PARANÁ PROVINCIAL (1853 – 1876)

CURITIBA

2013

ANGELA CAROLINE SZYCHOWSKI

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO PARANÁ PROVINCIAL (1853 – 1876)

Monografia apresentada na Disciplina  
Estágio Supervisionado em Pesquisa  
Histórica como requisito parcial à  
conclusão do curso de História, Setor  
de Ciências Humanas, Letras e Artes,  
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> D<sup>ia</sup> Joseli Maria  
Nunes Mendonça

CURITIBA

2013

## RESUMO

O objetivo desta monografia foi investigar as propostas e ações referentes à imigração e colonização no Paraná. Utilizamos como fonte os relatórios dos Presidentes da Província, escritos no período de 1853 a 1876. Tal recorte temporal teve como base o primeiro ano de emancipação do Paraná e como limite o primeiro ano de governo de Adolpho Lamenha Lins, responsável por várias alterações na política de colonização. Os relatórios foram lidos na íntegra, afinal, as questões relativas ao tema estudado poderiam aparecer em itens de assuntos diversos, além daquele relativo à colonização. No decorrer da análise, uma questão específica se mostrou bastante relevante: a presença de indígenas e nacionais nas colônias. Consideramos esse assunto importante porque a consolidada historiografia sobre colonização no Paraná pouco trata a respeito desses sujeitos, privilegiando os imigrantes. Mesmo negligenciados pelos historiadores, percebemos que indígenas e nacionais estavam presentes e atuavam no processo de formação das colônias. Então, amparada em estudos já consolidados sobre a temática da imigração/colonização paranaense, esta pesquisa propõe inserir esses sujeitos nesse contexto de formação de núcleos coloniais, que tanto marcariam a História do Paraná.

Palavras chave: História do Paraná, Colonização por imigrantes, Colonização por Indígenas e Nacionais.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 05 |
| <b>1 IMIGRANTES EUROPEUS E AS EXPECTATIVAS DO GOVERNO PROVINCIAL</b> .....                     | 12 |
| 1.1 O século XIX e suas novas orientações.....   | 12 |
| 1.2 Imigração, agricultura e vias de comunicação: sinônimos de progresso.....                  | 14 |
| 1.3 O romantismo nos discursos dos Presidentes da Província.....                               | 18 |
| 1.4 O romantismo frente à realidade: problemas no empreendimento imigratório.....              | 20 |
| 1.5 A “dualidade de caráter” do imigrante europeu.....   | 23 |
| <b>2 A PARTICIPAÇÃO DOS INDÍGENAS NOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ</b> ..... | 31 |
| 2.1 Sobre vazios e silêncios.....  | 31 |
| 2.2 Povos perigosos.....   | 34 |
| 2.3 Saneando os conflitos e produzindo trabalhadores.....                                      | 40 |
| <b>3 OS NACIONAIS E SEU PAPEL NOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO</b> .....                            | 49 |
| 3.1 O projeto de imigração e seus poucos resultados.....                                       | 49 |
| 3.2 Os nacionais entram em cena: de coadjuvantes a protagonistas.....                          | 51 |
| 3.3 Estratégias para fixar os nacionais.....   | 54 |
| <b>CONCLUSÃO</b> .....   | 60 |

## INTRODUÇÃO

A historiografia sobre a colonização do Paraná provincial tem desde longa data enfatizado a importância dos imigrantes neste processo.

As correntes imigratórias, desde os tempos pré-históricos, foram constantes na América, com contingentes vindos da Ásia, até depois do descobrimento, com a vinda de africanos e europeus. Para alguns historiadores, “esta evidência implica na conclusão óbvia de que na América, todos são imigrantes”<sup>1</sup>

No Brasil, a imigração europeia teve início no século XVI, quando os portugueses aportaram no litoral e passaram a explorar os bens que aqui encontravam. Porém, essa primeira manifestação imigratória tinha um caráter mais voltado à exploração que ao povoamento, à colonização. É somente a partir do século XVIII que se evidencia uma nova orientação colonizadora nas Américas, pela crescente preocupação com os vazios demográficos, característicos no Brasil daquele período. Foi então, que em 1808, Dom João assinou o decreto que tornava possível a propriedade de terras aos estrangeiros:

“Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público aumentar a lavoura e a população que se acha muito diminuta neste Estado; e por motivos que me foram presentes: hei bem conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma com que segundo as minhas reais ordens se concedam aos meus vassallos, sem embargo de quaisquer leis e disposições em contrário”<sup>2</sup>

Na Europa, havia muita gente disposta a emigrar por diversos fatores: a Revolução Industrial, o crescimento populacional, que gerava desequilíbrios demográficos, a maior liberdade para emigrar devido à quebra de certos laços que prendiam o indivíduo ao lugar onde nasceu, problemas políticos, a unificação de Itália e Alemanha e a esperança de encontrar melhores condições de vida além-mar. A América então, com sua abundância de terras, torna-se o centro das atenções daqueles europeus que sonham em conseguir um pedaço de chão e em sair do estado de pauperismo em

---

<sup>1</sup> BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Vol. 1; Curitiba, PR, 1969, pp. 156 – 184.

<sup>2</sup> Dom João VI apud BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Vol. 1; Curitiba, PR, 1969.

que viviam.<sup>3</sup> Porém, Petrone assinala que a entrada indiscriminada de imigrantes e o fracasso dos empreendimentos colonizadores, originaram críticas às iniciativas do governo em relação à imigração. Esta autora considera que, diante dos problemas apontados, houve uma retração no programa imigratório com a criação da Lei de 15 de dezembro de 1830, que proibiu a realização de qualquer despesa pública para estabelecimento de núcleos coloniais.

Tal situação mudou em 1834, quando um Ato Adicional entregou à competência dos governos provinciais a iniciativa de estimular e promover, juntamente com o poder central, o estabelecimento de núcleos coloniais.<sup>4</sup>

A partir de 1840, no sudeste cafeeiro, diferentemente das suas regiões meridionais, que ainda tinham como principal motivação o preenchimento dos vazios demográficos, passou-se a objetivar o fornecimento de mão de obra para o cultivo de café. Essa mudança acabou criando um conflito político-ideológico que constituiria um dos principais objetos de análise dos historiadores da imigração e colonização: a luta política entre representantes das duas correntes: uma, defendendo a vinda de imigrantes como pequenos proprietários, que ocupariam os vazios demográficos; outra, interessada no fornecimento de mão de obra agrícola imigrante. Petrone, ao analisar esse embate, considera que o predomínio político e econômico dos latifundiários do café e a pressão por eles exercida no Legislativo do Império teriam implicações na Lei de Terras de 1850. O texto da Lei previa que estavam proibidas as aquisições de terras devolutas, se não fosse por compra, dando às propriedades de terra, pela primeira vez, caráter de valor monetário.<sup>5</sup> Tal resolução dificultava aos imigrantes o acesso à terra, situação explicada por um latifundiário: “Aumentando-se assim, o valor das terras e dificultando-se conseqüentemente a sua aquisição, é de esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietário”.<sup>6</sup>

Para algumas regiões não integradas à produção cafeeira de exportação e, portanto, não dependentes de grandes quantidades de mão de obra, a imigração continuou a ser considerada a solução para o povoamento das áreas consideradas de

---

<sup>3</sup> Petrone, Maria Thereza Schorer. **O Imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. Col. Tudo é História.

<sup>4</sup> BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Op. cit.*, pp. 156 – 184.

<sup>5</sup> *Ibid.*

<sup>6</sup> Apud BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Op. cit.*, p. 160.

vazio demográfico. Neste caso, a imigração continua vinculada à colonização no sentido de preenchimento de espaços considerados demograficamente vazios e o projeto imigratório se atrelou ao da organização da pequena propriedade. Como considerou Petrone, esta é vista como alternativa para promover a valorização fundiária, criando condições para o fortalecimento de uma camada social intermediária entre o latifúndio e o escravo, capaz de desenvolver um mercado consumidor.

Assim, um trinômio se constituiu de forma bastante sólida: imigração – colonização – pequena propriedade. Esta conjunção era entendida como facilitadora das transformações almejadas.<sup>7</sup> Ou seja, a colonização seria realizada pelo imigrante, instalado em pequenas propriedades. Este seria o agente modernizador e transformador, sobretudo nas áreas em que a grande produção de exportação não se desenvolveu, como foi o caso das regiões meridionais da província de São Paulo.

Assim, os imigrantes – especificamente os de origem européia – eram vistos como sujeitos capazes de reverter a situação de despovoamento, promover a colonização, incrementar e modernizar a produção. Como indica Pereira, reiterava-se a ideia de que os imigrantes seriam morigerados e laboriosos e a morigeração era uma das bandeiras defendidas, principalmente pelos governantes do Paraná: o imigrante morigerado seria aquele que compartilhava do ideário da positividade do trabalho e da acumulação; aqueles que sabiam se portar dentro de determinadas regras de etiqueta consideradas civilizadas.<sup>8</sup>

Nas regiões meridionais da província de São Paulo, a imigração, com vistas à colonização, teve início precoce, já em 1829, com o núcleo de Rio Negro. Esse núcleo se formou para responder as demandas do tropeirismo, para cuja atividade era oportuno o povoamento da região atravessada pelas tropas que conduziam o gado do Rio Grande do Sul até Sorocaba, na província de São Paulo. A história da colônia de Rio Negro se confundiria com a da construção da Estrada da Mata. Em 1826 se iniciam as obras da construção dessa estrada, tendo João da Silva Machado, futuro “Barão de Antonina”, como responsável pela fiscalização dos trabalhadores. Depois dos tropeiros, com a

---

<sup>7</sup> BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Op. cit.*, pp. 156 – 184.

<sup>8</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**. Ed. UFPR: Curitiba, 1996.

construção da estrada, foram chegando os imigrantes, principalmente alemães, que formariam o núcleo colonial de Rio Negro.<sup>9</sup>

À época da criação da província do Paraná, em 1853, não existiam na região grandes propriedades que exigissem mão de obra em larga escala, como ocorria em São Paulo, com as lavouras de café. Dessa forma, a política imigratória na desde então província do Paraná manteve-se orientada pela necessidade de povoamento, visando à formação de pequenas propriedades com produção de subsistência, que dinamizariam o comércio e a agricultura na província. Como indicam Balhana, Machado e Westphalen, desde logo o projeto imigratório no Paraná foi colocado no sentido de povoar e produzir por de uma agricultura de abastecimento, em resposta à carestia de gêneros agrícolas. Os imigrantes viriam para a Província, aplicariam suas técnicas agrícolas avançadas, fazendo o melhor aproveitamento possível de terras disponíveis e do clima favorável que encontrariam.<sup>10</sup>

No decorrer da segunda metade do século XIX, ocorreram transformações nas propostas sobre a melhor maneira de realizar o projeto colonizador. No início dos debates, ainda na década de 1850, via-se como prioridade a colonização interiorana, desbravando o território provincial e guardando as fronteiras; já no terceiro quartel do XIX, os problemas enfrentados por alguns empreendimentos colonizatórios fizeram com que se passasse a priorizar a formação de núcleos próximos às cidades, sobretudo à capital. Além disso, havia divergências no que dizia respeito ao componente étnico dos colonos: havia aqueles que defendiam a colonização por imigrantes europeus, devido à crença na superioridade europeia, com sua índole morigerada e sua aptidão para o labor; outros acreditavam que deveria haver uma valorização dos nacionais, que se encontravam em grande número na província, estando também aptos ao trabalho, conhecendo melhor o território.<sup>11</sup>

Mesmo com as divergências em relação à questão, a história do Paraná, a partir da década de 1850 seria fortemente marcada pelas expectativas da introdução de europeus que fossem morigerados e laboriosos, que promovessem a colonização por

---

<sup>9</sup> SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Comércio de animais de carga no Brasil Imperial**: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo. São Paulo: Dissertação em Economia, Unesp.

<sup>10</sup> BALHANA, Altiava Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Op. cit.*, pp. 156 – 184.

<sup>11</sup> LAMB, Roberto Edgar. **Uma jornada civilizadora**: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública na Província do Paraná – 1867 a 1882. Curitiba, 1994.

meio da imigração. Desde a fundação da colônia de Rio Negro em 1829, até o estabelecimento da colônia holandesa de Carambeí, em 1911, mais de 100 núcleos coloniais foram fundados no Paraná, com aproximadamente 100 mil colonos.<sup>12</sup> Todos esses núcleos foram criados para receber imigrantes e, assim, no Paraná provincial – como em outras regiões – os termos colono e imigrante se tornaram praticamente sinônimos.

Esta pesquisa, de alguma forma, procurará historicizar a construção desta sinonímia, pela qual imigrante e colono se tornaram termos equivalentes, colonização e imigração se definiram por meio de um estreito vínculo. Para isso, procuraremos identificar nos Relatórios de Presidente de Província do Paraná produzidos entre 1854 e 1876, as avaliações realizadas sobre a inserção de imigrantes nos diversos núcleos de colonização. Procuraremos, ainda, ampliar a perspectiva de análise, inserindo outros sujeitos que em geral não são contemplados nos estudos sobre colonização: indígenas e nacionais.

Este trabalho pretenderá, assim, através das considerações feitas pelos presidentes de Província nos relatórios, analisar a relação por eles estabelecida entre imigração e colonização e suas considerações sobre o papel dos indígenas e nacionais no projeto colonizatório da região. Atentará, então, para a posição que ocuparam estes outros sujeitos (nacionais e indígenas) no desenvolvimento dos núcleos coloniais, nesse contexto de extrema valorização do imigrante europeu.

Neste sentido, esta monografia tem como objetivo principal investigar, por meio das fontes utilizadas, a inserção de imigrantes, nacionais e indígenas nos diversos núcleos de colonização criados com auxílio do governo imperial e provincial ou por iniciativas particulares. Tendo como base as próprias fontes e a bibliografia já existente, objetiva-se analisar criticamente a sinomia criada entre colono e imigrante no Paraná provincial, inserindo a figura do nacional nesse debate.

Para a elaboração desta pesquisa utilizamos os Relatórios de Presidente da Província do Paraná, escritos entre os anos 1854 e 1876 e disponíveis no Arquivo Público do Paraná, bem como digitalizados em sua íntegra no endereço eletrônico dessa mesma instituição: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>.

---

<sup>12</sup> BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Op. cit.*, pp. 156 – 184.

Esses relatórios foram escritos após a emancipação da Província do Paraná, em 1853. Sua elaboração respondia a uma exigência prevista em um Aviso Circular Imperial, que previa que todo ocupante do cargo de presidente da Província tinha o dever de apresentar à Assembléia provincial um Relatório<sup>13</sup>, com a exposição da prestação de contas da situação no período anterior. Enfim, esses documentos existiam para “expor-vos o estado dos negocios publicos da provincia, e as providencias que ella ha mister para seo melhoramento”.<sup>14</sup>

A leitura seriada desses documentos mostra que eles seguiam um padrão de elaboração, abordando as mesmas temáticas principais, organizadas em subitens, tais como: Discurso preliminar, Família imperial, Tranqüilidade Pública, Segurança Individual, Saúde Pública, Vacina, Culto Público, Cemitérios, Instrução Pública, Colonização, Colônias, Catequese, Indígenas, Aldeamentos, Administração da Justiça, Polícia, Cadeias, Guarda Nacional, Capitania do Porto, Repartição especial das Terras Públicas, Estradas, Pontes, Navegação, Culturas (trigo, chá, algodão, erva-mate), Secretaria do governo, Tesouraria da Fazenda, Correio Geral e Culto Público. Grande parte dos relatórios trazia ainda anexos, como tabelas e mapas. Tais anexos demonstravam os gastos do governo, crimes, entrada e saída de pessoas da província, importação e exportação, cadeiras ocupadas por professores, quadros das paróquias, a produção em determinadas culturas e os vencimentos dos mais variados cargos.

O estudo desses documentos foi feito na perspectiva de analisar a questão da colonização. Para tal, os documentos foram lidos integralmente, e não apenas aqueles itens correspondentes à temática abordada. A pesquisa foi realizada dessa maneira para que tivéssemos a oportunidade de perceber as preocupações em relação à colonização em outros níveis da política provincial. Assim procedendo, pudemos perceber se a política colonizatória se restringia à instalação de colônias, ou se a questão da colonização abrangia outros setores da administração pública, como por exemplo: construção e melhoria das estradas e o investimento em educação.

A monografia se estrutura em três capítulos. No primeiro, tratamos da inserção dos imigrantes nos projetos de colonização do Paraná. Os relatórios dos presidentes de

---

<sup>13</sup> Todos o Relatórios de Presidente de Província podem ser encontrados no site do Arquivo Público do Paraná. Disponível em:

<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>

<sup>14</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembléia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854.

província evidenciam que os imigrantes são sujeitos privilegiados no projeto colonizador, constituindo, como registrou a historiografia, os personagens centrais nestes projetos. A realização do projeto, entretanto, se mostrou extremamente problemática, pois as condições de infra-estrutura da província eram bastante precárias, oferecendo dificuldades para a instalação e fixação dos estrangeiros que chegavam. Um dos problemas identificados dizia respeito às populações indígenas, vistas como ameaça à ocupação do território. O capítulo 2 trata deste grupo social e da maneira como foi pensado no interior do projeto colonizador. No capítulo 3, abordamos outro grupo social pouco enfatizado nos estudos sobre colonização: os nacionais que, no decorrer da segunda metade do século XIX se tornaram protagonistas do processo de colonização do Paraná.

## Capítulo 1 IMIGRANTES EUROPEUS E AS EXPECTATIVAS DO GOVERNO PROVINCIAL

Neste capítulo, nosso objetivo será analisar o processo de imigração e, principalmente, a presença dos imigrantes nas colônias da Província paranaense. Através dos relatórios dos presidentes, analisaremos as expectativas dos mesmos em relação ao projeto de colonização, que tinham como elemento principal os europeus emigrados. Veremos de que maneira se construiu a imagem do imigrante, considerado às vezes o colono ideal, capaz de trazer o progresso à província através de seu trabalho nas lavouras de terras férteis do Paraná; outras vezes visto como inadequado ao empreendimento colonizatório. Além disso, analisamos também os obstáculos que os presidentes da província identificavam para a realização do projeto de colonização, considerado muito importante para o desenvolvimento da região.

### 1.1 O século XIX e suas novas orientações

O século XIX se caracterizou por uma série de mudanças importantes no que diz respeito às relações mercantis e de trabalho, que influenciariam o mundo como um todo. No Brasil, devido principalmente a pressões externas, os discursos pela abolição do trabalho escravo ganhavam cada vez mais força. Contraditoriamente, isso ocorreu no momento em que o sistema de produção exigia um reforço do sistema escravista. Com a proibição do tráfico de novos escravos africanos, em meados do século XIX, a solução encontrada pela elite cafeeira paulista para a falta de força de trabalho nas lavouras foi a substituição do tráfico externo pelo interno, através da compra de mão de obra escrava de outras províncias do Brasil. Essa transferência de mão de obra em massa, concentrada e direcionada aos latifúndios exportadores de café de São Paulo, fez diminuir a oferta de mão de obra em vários pontos do país e encareceu muito o preço dos escravos.<sup>15</sup> A imigração passou então a figurar nos discursos oficiais, como solução para os problemas relativos à mão de obra, conforme relatou o presidente José Francisco Cardoso, em 1860:

---

<sup>15</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília Maria. **Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização** in *Anais do IV Simpósio Nacional dos professores universitários de História*. São Paulo, 1969, p. 347. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/?p=16489> Acesso em: 13 de Dezembro de 2012.

Desde que o governo imperial e o país se empenharam com afinco na repressão do ilícito tráfico de escravos, e que conseqüentemente foram escasseando os braços, que nos forneciam semelhante comércio, as vistas dos nossos lavradores volveram-se para a emigração estrangeira, como a única esperança que lhes restava, contra a decadência da produção agrícola.<sup>16</sup>

Dessa forma, com uma falta de mão de obra generalizada, tanto nas lavouras de exportação quanto nas de subsistência, desenvolveu-se uma política imigratória diferenciada entre as províncias. Numa perspectiva nacional, a imigração para suprir a carência de trabalhadores das grandes fazendas foi sempre mais significativa que aquela voltada à colonização, visando povoamento. Porém, esse último sistema seria o que marcaria a história do Brasil Meridional.<sup>17</sup> O Vice Presidente Vaz de Carvalhaes explicou que

Não há por ora na província estabelecimentos rurais importantes, que demandem para o seu custeio grande número de braços, nem a indústria agrícola se acha ela em tal pé que torne praticável o sistema de parceria, que tão bons resultados têm produzido na província vizinha [...] Assim que, se o governo provincial quiser promover a colonização, na escala em que o autoriza o orçamento vigente, ou há de ser por meio da venda de terras devolutas aos colonos, ou empresas que quiserem importá-los, ou há de tornar-se empreendedor de indústria, montando por sua conta estabelecimentos agrícolas e coloniais aonde os colonos, apenas importados, achem logo trabalho apropriado e lucros correspondentes.<sup>18</sup>

Liberato de Mattos, em 1858, também apresentou razões que demonstram o porquê de a imigração na Província do Paraná, e no Brasil Meridional como um todo, ter tomado um rumo diferenciado daquela promovida pelos fazendeiros paulistas:

---

<sup>16</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente José Francisco Cardoso na Assembléia provincial em 1 de Março de 1860. Typ. Paranaense, Curitiba.

<sup>17</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza. NADALIN, Sergio Odilon. **O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante**. p. 62. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol11\\_n1\\_1994/vol11\\_n1\\_1994\\_5artigo\\_61\\_87.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol11_n1_1994/vol11_n1_1994_5artigo_61_87.pdf) Acesso em: 13 de Dezembro de 2012.

<sup>18</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice - Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes na Assembléia provincial S/D. Typ. Paranaense, Curitiba, 1857.

Não contando a província com proprietários habilitados a receber colonos por salário ou parceria, pois como sabeis sua lavoura é a chamada – pequena – e portanto a que menos se presta á colonização por aqueles meios, é pelo de venda ou aforamento de pequenos lotes de terras por módico preço, que se há de realizar, em meu entendimento, a colonização desta província.<sup>19</sup>

Na Europa, onde também ocorriam mudanças nas relações de mercado e trabalho, havia trabalhadores que não queriam trabalhar em fábricas. O anseio de evitar a proletarização, de acordo com Willems, pode ter influenciado muitos camponeses a optarem pela emigração. O autor defende que entre aqueles que tinham de escolher entre uma vida de trabalhador rural ou industrial, muitos acabaram optando por emigrar para um país no qual acreditavam que encontrariam terras baratas e férteis.<sup>20</sup> Enfim, ocorreram simultaneamente um impulso de repulsão, ocasionado pela conjuntura do país do qual se deslocavam os imigrantes, e um impulso de atração da imigração, tão desejada e vista como necessária ao Brasil.<sup>21</sup>

## 1.2 Imigração, agricultura e vias de comunicação: sinônimos de progresso

Na província do Paraná, a transferência de escravos aos fazendeiros cafeicultores de São Paulo por meio do tráfico interprovincial agravou os problemas de abastecimento de gêneros alimentícios, obtidos através da produção agrícola. Tendo a sua economia voltada principalmente para o comércio de gado e extrativismo, a província vivia sérios problemas causados pela falta de produtores. Sua agricultura estava estagnada e o governo se via obrigado a importar a maior parte dos produtos a serem consumidos.<sup>22</sup> Em 1858, o Presidente da Província Liberato de Mattos lamentava o fato de que

---

<sup>19</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembléia provincial em 7 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858.

<sup>20</sup> WILLENS, Emilio. **Aculturação dos alemães no Brasil**. : *Estudo Antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1980, p. 33.

<sup>21</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das Delícias: Estudo de um grupo imigrante ucraniano (1895 – 1995)**. Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para aprovação junto aos cursos de Pós Graduação em História da UFPR. Curitiba, 1996, p. 40.

<sup>22</sup> DOUSTDAR, Neda Montadi. **Imigração Polonesa: Origens de um preconceito**. Dissertação apresentada ao curso de Pós Graduação, Mestrado em História da UFPR, Curitiba, 1990. p. 29.

esta província, cujos terrenos produzem com abundância, a mandioca, o arroz, o café, a cana, o fumo, o milho, o centeio, a cevada, o trigo e todos os gêneros alimentícios, compensando tão prodigiosamente os trabalhos do agricultor, recebe da marinha e por preços tão exagerados a maior parte daqueles gêneros.

Nesse contexto, a imigração européia passaria a ser vista pelos governantes como fundamental para a solução de problemas tanto relativos à ocupação de território, quanto ao desenvolvimento das atividades agrícolas. O presidente Liberato de Matos continua:

Este estado de cousas, porém, tenho que continuará e que só quando colonos morigerados e laboriosos vierem povoar vossas terras vastas e fecundas, aparecerá a abastança dos gêneros alimentícios e abundantes sobras do consumo irão dar nova vida ao comércio de exportação dos produtos agrícolas<sup>23</sup>

Então, a vinda de imigrantes europeus morigerados e laboriosos era considerada necessária para a solução dos problemas de carestia. Essa visão dos europeus como capazes de desenvolver a agricultura, tirando proveito de toda a fertilidade dos solos paranaenses, ficou bastante evidente nos discursos dos presidentes da província. Acreditava-se que “atrair braços para a lavoura é promover o progresso da província, fazê-la caminhar rápido para o futuro, desenvolver elementos de sua grandeza.”<sup>24</sup> Beaurepaire Rohan, vice presidente de 1856, classificou a imigração como sendo um “duplicado empenho de melhorar a sorte do proletário europeu e de dar incremento à nossa lavoura pela aquisição de braços úteis.”<sup>25</sup> O imigrante também aparece como a solução para os problemas agrícolas no discurso de Vaz de Carvalhaes, em 1857; problemas esses causados também pela produção de erva-mate em larga escala na província:

O decréscimo da lavoura na província, devido talvez à aplicação exclusiva de quase todos os braços à produção de erva-mate, cujo aumento coincide sempre com a crescente falta e carestia de gêneros alimentícios. Se tal é a causa do fenômeno,

---

<sup>23</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembléia provincial em 7 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858, p. 35.

<sup>24</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Jose Cardoso de Araujo Abranches na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1874. Typ. Paranaense, Curitiba, 1874.

<sup>25</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice presidente Henrique de Beaurepaire Rohan na Assembléia provincial em 1 de Março de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba.

que deixo apontado, deverão seus efeitos diminuir muito com a introdução de colonos europeus, que se mostram mais propensos à cultura dos cereais e de outros gêneros alimentícios do que a exploração de erva-mate, que lhes é desconhecida e estranha a seus hábitos.<sup>26</sup>

No ano seguinte, o presidente Liberato de Mattos chama novamente a atenção para a

necessidade de promoverdes a emigração de colonos morigerados e laboriosos, que, conhecedores dos processos mais acabados, e habituados ao uso de instrumentos mais vantajosos ao maneiio de cultura das terras, se empreguem nos vastos campos que possui a província, e cuja prodigiosa fertilidade abrange todo o gênero de produção agrícola.<sup>27</sup>

O presidente Pádua Fleury, em 1865, lamentou o fato de a província ainda não ter atingido o grau de desenvolvimento agrícola desejado e esperado, tendo em vista o quão fértil era seu solo, e principalmente, o quão semelhantes suas terras eram com as da Europa, o que facilitaria o trabalho do imigrante europeu:

É na agricultura que está o futuro da província, dotada de vastos campos de criar e cortada de inúmeros rios. Se neste ramo da atividade humana o Paraná não tem feito muito nos anos de sua existência, é isto devido principalmente a falta de população e de meios fáceis e baratos de transporte. Com terras, em que podem medrar os cereais cultivados na Europa, possui nelas um elemento de colonização pela semelhança do trabalho, que oferece ao emigrante.<sup>28</sup>

A grande maioria dos presidentes, a exemplo de Pádua Fleury, relacionou esse atraso no desenvolvimento agrícola com a falta de boas vias de comunicação na província. Para eles, era essencial que se construíssem estradas que permitissem aos colonos imigrantes escoarem seus produtos, afinal, “sem vias de comunicação cômodas e meios rápidos de transporte, o comércio definha, a agricultura desaparece e a riqueza

---

<sup>26</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice - Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes na Assembléia provincial S/D. Typ. Paranaense, Curitiba, 1857.

<sup>27</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembléia provincial em 7 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858.

<sup>28</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente André Augusto de Pádua Fleury na Assembléia provincial em 22 de Março de 1865. Typ. Paranaense, Curitiba, 1865.

pública e particular deixam de existir.” Para muitos, esta seria “a causa da pouca imigração para esta província”.<sup>29</sup> Horta Araújo, em 1868 afirmou que com a facilitação dos transportes

o sistema agrícola passará entre nós pela desejada transformação. Com ela aparecerão braços que se dediquem à lavoura, e cultivem a terra empregando os meios que a ciência e o estudo aconselham, como mais expeditos e econômicos. A facilidade de transportes encaminhará a província colonos espontâneos e laboriosos, que aqui encontrarão o bem estar que lhes falece, e virão aumentar a riqueza do Paraná, e ensinar a muitos de seus habitantes a tirar do solo fértil da província as vantagens que proporciona o trabalho livre e inteligente.<sup>30</sup>

Affonso de Carvalho, em 1870, reforçou a idéia de seu antecessor:

É opinião que parece não admitir hoje contestação fundada, que a colonização depende entre nós principalmente de vias de comunicação: sem elas os estrangeiros não animam a penetrar nos nossos vastos sertões e é inútil esperar-lo, faltando-lhes as condições para a prosperidade de seus estabelecimentos, quer formados por iniciativas particulares, quer por ordem e à custa do governo. As estradas não só lhes facilitam a comunicação e o transporte dos produtos de seu trabalho independente de subsídios do tesouro, mas também lhes vão mostrando a variedade de ocupações, a que cada um pode se dedicar.

Araújo Abranches, em 1875, e Lamenha Lins, em 1876, ainda destacavam a importância da construção de vias de comunicação: “Dê-se a colônia uma boa via de comunicação, povoe-se a colônia de homens moralizados e afeitos ao trabalho e ter-se-á vencido todas as dificuldades que ainda oferece o intrincado problema da colonização”,<sup>31</sup> “É lugar comum, por muito debatido, que a falta de vias de

---

<sup>29</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Oliveira Lisboa na Assembléia provincial em 15 de Março de 1872. Typ. Paranaense, Curitiba, 1872.

<sup>30</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Bacharel José Feliciano Horta de Araújo na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1868. Typ. Paranaense, Curitiba, 1868.

<sup>31</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1875. Typ. Paranaense, Curitiba, 1875.

comunicação [...] são, com outras, as causas que embaraçam a colonização nacional e estrangeira”.<sup>32</sup>

Através dos discursos oficiais, podemos perceber que os presidentes faziam grande associação entre o sucesso dos empreendimentos imigratórios com a construção de boas vias de comunicação. O progresso almejado para a província seria atingido com a construção de boas estradas, que atrairiam imigrantes laboriosos para trabalhar a terra, desenvolvendo a agricultura e o mercado, através da circulação de mercadorias, que ocorreria através das mesmas vias de comunicação. Luiz Affonso de Carvalho concluiu que

os obstáculos, que alguns creem ter principalmente impedido até hoje as correntes de imigração espontânea para o Brasil, desapareceriam uns e diminuiriam outros de força com a livre circulação que se formasse por meio de estradas, mostrando e convencendo aos estrangeiros, que não há país em que sejam melhor acolhidos e que mais pronta e vantajosamente recompense as fadigas do trabalho.<sup>33</sup>

Assim, estava constituído um trinômio que marcaria todo o debate acerca do futuro que se queria para o Paraná; ele se compunha pelos termos: imigração, agricultura e estradas.

### 1.3 O romantismo nos discursos dos Presidentes da Província

Conforme discutido anteriormente, as autoridades provinciais viam na figura do imigrante laborioso e morigerado, o grande potencial de desenvolvimento da agricultura, logo, da província como um todo. Para que esses europeus desejassem migrar e se fixar na província, acreditava-se ser fundamental a construção e melhoria das vias de comunicação. Com as estradas ligando as colônias produtoras umas às outras, bem como à capital, a circulação de mercadorias seria possível, um mercado consumidor logo se formaria e o progresso finalmente seria atingido. Esse discurso otimista é ainda fomentado pela imagem que os presidentes tinham da província

---

<sup>32</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876.

<sup>33</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1870. Typ. Paranaense, Curitiba, 1870.

paranaense. De acordo com seus relatórios, o Paraná seria o lugar mais adequado em todo o país para receber imigrantes, devido à semelhança do clima e da natureza, da salubridade da província e da hospitalidade do povo paranaense. Dessa forma, como analisam Andrezza e Nadalin, estando instalado em um local muito semelhante àquele que deixou para trás em seu país de origem, o imigrante europeu era encarado através de uma “perspectiva romântica”, sendo visto como capaz de criar aqui no Brasil uma sociedade camponesa à maneira européia.<sup>34</sup> Vaz de Carvalhaes, em 1857, afirmou que

a pasmosa salubridade dessa província, a amenidade de seu clima, a uberdade das suas terras, a hospitalidade de seus habitantes, e sobretudo a rápida fortuna que nela têm adquirido os alemães vindos da colônia Dona Francisca, e outros pontos, estabelecerão bem cedo essa corrente de emigração espontânea que tanto desejamos, e que tão necessária é ao rápido progresso d’esta e de todas as províncias do Império.<sup>35</sup>

Da mesma forma, Antonio Luiz Affonso de Carvalho, em 1870 acreditava que

se há província, que deva nutrir animadoras esperanças de obter vantajosos resultados, é sem duvida esta, tanto pela suas riquezas naturais e situação topográfica, como pelo crédito, que vai adquirindo, principalmente entre alemães, pelo bem estar dos colonos aqui estabelecidos.<sup>36</sup>

Muitos presidentes acreditavam que o progresso seria atingido se uma população ativa ocupasse o vasto território da província “onde tudo floresce à força da natureza; onde o colono europeu depara com um clima análogo ao do seu país natal e onde, finalmente, a salubridade, que tanto o distingue, é título de mais para confiar do futuro que se antolha”.<sup>37</sup> Em 1874, Araújo Abranches também destacava as qualidades da província, que faziam dela o lugar mais adequado para receber os imigrantes europeus:

---

<sup>34</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza. NADALIN, Sergio Odilon. *Op. cit.*, p. 64.

<sup>35</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice - Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes na Assembléia provincial S/D. Typ. Paranaense, Curitiba, 1857.

<sup>36</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1870. Typ. Paranaense, Curitiba, 1870.

<sup>37</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente José Francisco Cardoso na Assembléia provincial em 1 de Março de 1860. Typ. Paranaense, Curitiba, 1860.

É da imigração inteligente e laboriosa que, por assim dizer, depende o futuro do país [...] Nesta província, onde as riquezas latentes de um solo fecundo, um clima ameno e admirável, zonas diversas, são seguros garantes de prosperidade para o estrangeiro que vier habitar sob seus tetos – não há desesperar da colonização. Ela virá por si mesma, livre, espontânea. Encaminhem-na [...] Não nos falta liberdade individual, suficiente liberdade de culto, garantias plenas de propriedade, enfim, tudo que podem aspirar aqueles que vêm em demanda de uma nova pátria.<sup>38</sup>

Os discursos dos presidentes que expressavam a crença de que a província paranaense seria o lugar perfeito para o desenvolvimento da colonização europeia, bem como a visão romantizada que tinham da figura do imigrante europeu foi caracterizada por Andrezza e Nadalin como sendo “ufanista e unilateral”, sendo a imigração uma empresa que, na verdade, exigia significativos investimentos de uma província recém-emancipada que acabara de se formar.<sup>39</sup>

#### 1.4 O romantismo frente à realidade: problemas no empreendimento imigratório

Apesar de toda a idealização com a qual o imigrante europeu e o próprio projeto imigratório eram tratados, estando constantemente presente na fala dos presidentes, havia outros aspectos que os governantes não podiam deixar de considerar e estes não eram muito otimistas. Grande expectativa foi depositada sob os imigrantes e acreditava-se que a colonização, por meio da imigração, seria a melhor e talvez a única maneira de levar a província ao progresso. Porém, o insucesso dos núcleos formados e a atitude de alguns colonos europeus fizeram com que a decepção também passasse a figurar nos discursos oficiais. Percebemos esse fato no relatório de Sebastião Gonçalves da Silva, que em 1864 lamentou que

---

<sup>38</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Jose Cardoso de Araujo Abanches na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1874. Typ. Paranaense, Curitiba, 1874.

<sup>39</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza. NADALIN, Sergio Odilon. *Op. cit.*, p. 66.

a colonização, constante e palpitante necessidade do Império, não oferece na província o desenvolvimento que era para desejar. A emigração para aqui tem sido limitadíssima; não obstante a amenidade e temperamento do clima.<sup>40</sup>

Analisando o empreendimento da colonização, bem como os investimentos feitos, alguns presidentes concluíam que “as grandes despesas feitas com ele têm sido até hoje improdutivas.”<sup>41</sup> Em 1874, Araújo Abranches lamentava que “não há esforços e despesas a que se tenha poupado sem que, infelizmente, os resultados tenham correspondido aos sacrifícios feitos.”<sup>42</sup> O discurso ufanista, como classificaram Andrezza e Nadalin, continuava presente, agora porém, acompanhado de certo desânimo:

Sendo esta província uma das mais favorecidas pela natureza, que a dotou de fertilíssimos terrenos, regados por majestosos rios e ribeiros, tendo um clima variado, adaptado a todas as plantações e nas condições exigíveis para receber a emigração européia, não tem podido, apesar de todas essas vantagens, atrair um número avultado de emigrantes.<sup>43</sup>

Diante de tais contestações, passou-se a ponderar aquilo que estava sendo feito pelo governo em favor da imigração e colonização. Em 1854, o presidente Góes e Vasconcellos, ao receber uma solicitação de ajuda financeira do diretor da colônia Superaguy, Carlos Perret Gentil, declarou:

Estou persuadido de que, sem forte e decidido impulso do governo, a colonização não poderá receber o desejado desenvolvimento; mas não é menos certo que qualquer empenho que seja superior às forças da nascente província, é capaz de

---

<sup>40</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Sebastião Gonçalves da Silva na Assembléia provincial em 21 de Fevereiro de 1864. Typ. Paranaense, Curitiba, 1864.

<sup>41</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice Presidente Carlos Augusto Ferraz de Abreu na Assembléia provincial em 14 de Setembro de 1868. Typ. Paranaense, Curitiba, 1868.

<sup>42</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Jose Cardoso de Araujo Abranches na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1874. Typ. Paranaense, Curitiba, 1874.

<sup>43</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Oliveira Lisboa na Assembléia provincial em 15 de Março de 1872. Typ. Paranaense, Curitiba, 1872.

desarranjar profundamente suas finanças, e, o que seria um mal gravíssimo, retardar consideravelmente a mesma colonização.<sup>44</sup>

Novos investimentos foram propostos, além daqueles que favoreciam diretamente a colonização. Alguns presidentes acreditavam que investir na solução de outros problemas que enfrentava a província seria mais vantajoso à mesma, tendo em vista que esta acabara de se emancipar e ainda estava em formação. Tinha-se a concepção de que, ao se investir na área da infraestrutura, por exemplo, melhoramentos diretos seriam trazidos, além de auxiliarem indiretamente e em longo prazo a colonização. Estando a província dotada de boas e organizadas estruturas, o imigrante viria espontaneamente, não havendo a necessidade de o governo investir na sua vinda. A colonização americana foi tomada como exemplo:

Lembrai-vos que a colonização americana, que tanto se apregoa, realizou-se após enormes sacrifícios por parte do tesouro e dos particulares. Não basta a simples importação do colono, e quando muito, a pequena palhoça, onde mal se acomoda a numerosa família que conduz. Notai que quando os imigrantes se dirigem à União Americana, Canadá e Austrália, encontram ali derrubadas feitas, terras deslocadas e expostas à venda. O colono funda logo seu direito à propriedade, estabelecendo imediatamente o amor e o interesse ao solo.<sup>45</sup>

Polidoro Cesar Burlamaque, em 1867, também defendia a idéia de que as altas despesas feitas nas colônias, até então improdutivas, “poderiam ser aplicadas em benefício de outro qualquer melhoramento público do país.”<sup>46</sup> Vaz de Carvalhaes, em 1857, foi pragmático ao tratar dessa questão, afirmando que se o Império fosse dotado de

boas vias terrestres e fluviais, que facilitem a comunicação entre os diferentes pontos, organize-se a administração de justiça de modo que se torne uma verdadeira garantia para seus direitos individuais, e a imigração estrangeira virá

---

<sup>44</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembléia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854.

<sup>45</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente José Francisco Cardoso na Assembléia provincial em 1 de Março de 1860. Typ. Paranaense, Curitiba, 1860.

<sup>46</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Polidoro Cesar Burlamaque na Assembléia provincial em 15 de Março de 1867. Typ. Paranaense, Curitiba, 1867.

pelo seu pé; não essa imigração comprada que hoje temos, e com a qual mais lucram os países que dela se livram, do que o império que a importa, mas a emigração espontânea, a única que pode trazer-nos, com os braços que desejamos, a inteligência e os capitais de que carecemos para o desenvolvimento dos recursos naturais do país.

Diante dos fracos resultados obtidos com a imigração, o presidente foi ainda mais enfático, demonstrando que teve em sua gestão um posicionamento bastante diferenciado daquele que se esperava e que então predominava, não fazendo investimento algum no ramo colonizatório, por acreditar que seria mais válido para a província investir em outras áreas:

Embora predomine hoje no país a idéia da introdução de colonos seja como for, e arrisque-se, portanto a esquisitice do que traja por figurino que não está em moda todo aquele que pensar de modo diverso, declaro a V. Ex. que nada procurei fazer por este lado [...] porque entendo que os dinheiros públicos despendidos com o sistema atualmente em voga, poderiam ser mais proficuos ao fim que se tem em vista, sendo applicados à construção de boas estradas, à canalização dos nossos rios, à reorganização da administração da justiça, e à disseminação da instrução profissional.<sup>47</sup>

Esse insucesso apontado claramente por alguns presidentes faria com que a imagem romântica do imigrante europeu, laborioso e morigerado, fosse colocada em dúvida. A falta de resultados obtidos com a colonização, mesmo após a instalação dos imigrantes nas colônias, e até mesmo as atitudes desses sujeitos, fizeram com que alguns presidentes reavaliassem aquela idéia que transformava imigração em sinônimo de progresso.

### 1.5 A “dualidade de caráter” do imigrante europeu

Os europeus migraram para o Brasil em um momento de grandes transformações econômicas na Europa, no qual a possibilidade de o pequeno produtor se auto sustentar

---

<sup>47</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice - Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes na Assembléia provincial S/D. Typ. Paranaense, Curitiba, 1857.

se tornava limitada. Esses camponeses que para cá vieram, eram homens que não sabiam nada a respeito do país ao qual se dirigiam e traziam na bagagem apenas o sonho de se tornarem pequenos proprietários na nova pátria, reconstruindo, portanto, a base da sua existência. Juntamente com os camponeses, migraram para o Brasil trabalhadores de outros ramos, como artesões, marceneiros, ferreiros e alfaiates.<sup>48</sup> A partir daí, podemos concluir, conforme afirmou Andreazza, que a imigração teve um efeito social “revolucionário” por se constituir em um fato extraordinário na vida de tais grupos, que ao migrarem, se sujeitaram inevitavelmente a um recomeço. Com isso, esses grupos e seus membros passaram a vivenciar uma “reformulação na rede de significados” que até então os regia,<sup>49</sup> fato que teria implicações no seu comportamento, bem como nas expectativas sobre eles depositadas. Além disso, a província vivenciou uma ampliação dos contatos interétnicos, gerando em alguns momentos situações sociais conflituosas<sup>50</sup>, como ocorreram na colônia de Assunguy, sobre a qual o presidente Agostinho Ermelino de Leão, em 1866, registrou:

É pouco lisonjeiro o estado desta colônia que, em vista das garantias de prosperidade que oferece o seu solo, o mais fértil da província, não tem progredido, como era de esperar. As dissensões dos colonos entre si e com os diretores constituem a causa principal de seu atraso. O que acabo de expender deve ser atribuído à diversidade de nacionalidades que ali se observa, e à existência de maus colonos imigrados de diferentes lugares [...] entendo que tal estado de coisas continuará enquanto existirem as mesmas causas, e sobretudo enquanto a colônia for composta de brasileiros e alemães.<sup>51</sup>

A tentativa de colonização argelina é um dos principais exemplos que os relatórios oferecem no tocante aos problemas causados pelos imigrantes, resultando no insucesso do projeto colonizatório. Augusto da Fonseca declarou que

Essa colonização marcharia sem embaraço algum, e com reconhecida vantagem para a província, se entre os colonos não houvesse um querendo servir de

---

<sup>48</sup> DOUSTDAR, Neda Montadi. *Op. cit.*, p. 103 - 105.

<sup>49</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza. *Op. cit.*, p. 2 - 3.

<sup>50</sup> DOUSTDAR, Neda Montadi. *Op. cit.*, p. 38.

<sup>51</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice - Presidente Agostinho Ermelino de Leão na Assembléia provincial em 05 de Novembro de 1869. Typ. Paranaense, Curitiba, 1866.

intermediário entre o governo e seus compatriotas, e não o podendo conseguir, não se ocupasse em piorar a sorte de seus companheiros, criando toda a espécie de embaraços ao seu estabelecimento. Para isso aproveitou com perspicácia interesses políticos de um pequeno grupo desta capital, que pôs acima dos interesses da província e do Estado o seu ódio ao governo e o seu despeito pela descida das posições oficiais.<sup>52</sup>

Também discursando a respeito da “triste história dessa tentativa de imigração”, Affonso de Carvalho afirma que

Tem gasto o governo imperial com esses colonos [argelinos], incluídas as despesas de estabelecimento até a data do relatório do delegado do diretor geral das terras públicas, a quantia de 50:123\$007 da qual bem pouco ou nada voltará as cofres públicos.<sup>53</sup>

Lamenha Lins, em 1876, caracterizou essa tentativa de colonização como sendo “infeliz” e justificou seu fracasso devido à atitude dos colonos imigrantes, sendo eles “em sua maior parte estranhos à lavoura e dados à vida ociosa”, concluindo que, dessa forma, “não podiam prosperar.”<sup>54</sup>

Na colônia Assunguy, também havia imigrantes europeus que não correspondiam aos ideais de laboriosidade tanto prezados pelos governantes provinciais:

A maioria dos colonos alemães ali estabelecidos, completamente estranhos aos trabalhos na lavoura, que demandam o emprego da foice e do machado, vivem exclusivamente dos recursos que tiram, quando ocupados em serviço do governo. É por esse motivo que eles abandonam a colônia, procurando a capital, onde com facilidade encontram trabalhos que lhes são peculiares, e que nem sempre deparam

---

<sup>52</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Antonio Augusto da Fonseca na Assembléia provincial em 06 de Abril de 1869. Typ. Paranaense, Curitiba, 1869.

<sup>53</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Antonio Luiz Affonso de Carvalho na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1870. Typ. Paranaense, Curitiba, 1870.

<sup>54</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876.

naquele estabelecimento. Esta circunstância é a que com mais força concorre contra a prosperidade da colônia.<sup>55</sup>

O relatório de Araujo de Abranches, de 1874, também trouxe exemplos que permitem uma reavaliação da figura do imigrante enquanto laborioso e morigerado:

“Por ocasião da suspensão de alimentos aos imigrantes ingleses alojados no Bariguy tive necessidade de mandar aquartelar, por conta do ministério da guerra, 27 guardas nacionais para auxiliarem a manutenção da ordem pública, que corria perigo de ser perturbada, atenta a atitude provocadora dos mesmos imigrantes.”

Analisando o relato do presidente, percebemos os imigrantes ingleses não eram por ele vistos como morigerados, mas sim como ameaça à ordem pública. Esta percepção foi observada por Pereira, que chamou atenção para o fato de que esses ingleses vinham de locais já industrializados, ou seja, não eram aptos ao trabalho agrícola e não estavam dispostos a se sujeitar a ele. Tal comportamento ia contra os objetivos do governo, que visava fortalecer a agricultura através do trabalho da mão de obra imigrante. Logo, devido a essa incompatibilidade de ideais, criava-se uma tensão entre governo e imigrantes.<sup>56</sup>

Lamb também analisa essa situação como uma substituição do medo de uma revolta dos escravos, caso mantida a escravidão, pelo medo de que os distúrbios causados pelos estrangeiros pudessem difamar a política imigratória, impondo entraves ao despertar do progresso provincial. Afinal, conclui o autor, “o que sustentava a política provincial da imigração era a crença na laboriosidade e boa índole dos europeus.”<sup>57</sup> A declaração de Araujo Abranches, tratando dos crimes ocorridos na província, elucida a questão: “Consta que dos 20 capturados durante o ano, 11 são estrangeiros. Que não dê esse fato lugar a apreensões nem receios sobre o nosso futuro.” Diante dessa surpreendente estatística, que coloca em xeque todas as crenças

---

<sup>55</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Polidoro Cesar Burlamaque na Assembléia provincial em 15 de Março de 1867. Typ. Paranaense, Curitiba, 1867

<sup>56</sup> PEREIRA, Magnus. **Imigração para o Brasil**; relatório sobre a colônia de Assunguy apresentada a ambas as Casas do Parlamento por ordem de Sua Majestade [a Rainha Vitória] em 1875. Monumenta, Curitiba: Aos Quatro Ventos, v. 1, 1998.

<sup>57</sup> LAMB, Roberto Edgar. **Uma jornada civilizadora: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública na Província do Paraná – 1867 a 1882**. Curitiba, 1994, p. 17.

depositadas no imigrante europeu, o presidente fez um discurso que bem elucida a questão aqui analisada:

A imigração hoje, como em todos os tempos, aqui como em todos os países, traz consigo elementos bons e maus, mas nem por isso devemos descrever dela nem rejeitar esse único meio de chegarmos mais cedo aos postos avançados em que as lutas generosas do trabalho, das indústrias e da inteligência nos esperam. Bons ou maus, bons e maus, aceitemo-los esses elementos que são como a semente lançada à terra por mão do horticultor inteligente; a boa semente dará de si em abundância e excelência de frutos tudo o que se lhe pedir; a semente ruim, essa custará labores no amanho e nos cuidados da enxertia, mas por fim também produzirá coisas que compense esses labores e cuidados. A repressão prescrita pelas leis por um lado, e a doçura dos nossos hábitos por outro, terão poder suficiente para modificar, senão transformar as tendências más de alguns colonos, que como matérias impuras, a onda da imigração traz de envolta e lança às nossas praias.

Por mais que a realidade mostrasse uma imagem de imigrante diferente daquela imaginada, a crença de que eram eles os detentores das ferramentas necessárias na busca pelo progresso continuava a existir. Uma das principais justificativas para a vinda desses “maus imigrantes”, que contrariavam as expectativas neles depositadas, era a forma com que haviam sido escolhidos pelos agentes responsáveis por tal serviço. Conforme concluiu Araujo Abraches, “houve da parte dos agentes do governo na Europa, pouco escrúpulo na escolha desses imigrantes, em quase sua totalidade indolentes e de maus hábitos.”<sup>58</sup> Lamenha Lins compartilhou da ideia de seu antecessor, afirmando que

Diversos contratos se tem feito para a introdução e estabelecimento de imigrantes; os resultados, porém, ressentem-se do vício original, que é o modo porque se procede na Europa a escolha do colono que tem de tornar-se em nosso país um lavrador laborioso e morigerado. É assim que grande número de imigrantes, depois de receberem os favores que o governo lhes dispensa, ausentam-se sem

---

<sup>58</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Jose Cardoso de Araujo Abranches na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1874. Typ. Paranaense, Curitiba, 1874.

satisfazerem o ônus a que se obrigaram, suscitando-nos embaraços com os seus governos e desacreditando o nosso país e a colonização.<sup>59</sup>

Esses representantes do governo eram enviados aos países europeus com o intuito de promover a emigração, aliciando pessoas para virem ao Brasil, sendo pagos por comissão em relação ao número de emigrantes recrutados.<sup>60</sup> Essa ambição desmedida por lucro e o interesse dos agentes do governo, bem como das companhias de navegação que lucravam com o transporte dos imigrantes, fez com que fossem ofertadas muitas vantagens e facilidades em nome do governo Imperial.<sup>61</sup> Então, de acordo com Andrezza, esses deslocamentos foram motivados pela esperança de construção de uma nova realidade, do “fazer a América”. A autora acredita que ninguém migra a tamanha distância sem um impulso da esfera da esperança, chamada por alguns autores de “ilusão migratória”. A grande e exagerada propaganda feita pelos agentes da imigração, a partir de meados do século XIX, fez com que muitos europeus imaginassem o Brasil como um verdadeiro paraíso terrestre, impulsionando milhares de imigrantes para cá.<sup>62</sup> Porém, ao chegarem aqui, encontravam uma realidade bastante diferente. Em Assunguy, que muito sofria com a falta de vias de comunicação para que os colonos pudessem escoar seus produtos, via-se que “o desânimo entre os colonos é geral; nestes últimos meses tem sido freqüente o abandono da colônia por famílias que chegam à capital em procura de trabalho.”<sup>63</sup> Os colonos abandonavam suas habitações na colônia “alegando não lhes ser possível obter os indispensáveis meios de subsistência, por falta de trabalho, que lhes garanta um salário regular e diário.”<sup>64</sup> Na colônia Thereza, a realidade encontrada pelos imigrantes também não fazia jus às promessas que lhes foram feitas, resultando que “dos 79 franceses que trouxe seu

---

<sup>59</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876.

<sup>60</sup> PINTO, Divanir de Oliveira; FOOHS, Maria da Glória; PORTES, Marli Uhlmann. **175 Anos da Imigração alemã para Rio Negro: Os pioneiros do Paraná**. UNC, Rio Negro, 2007, p. 24.

<sup>61</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza. *Op. cit.*, p. 25.

<sup>62</sup> *Id. Ibid*, p. 14.

<sup>63</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876.

<sup>64</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Polidoro Cesar Burlamaque na Assembléia provincial em 15 de Março de 1867. Typ. Paranaense, Curitiba, 1867.

fundador, quase todos se retiraram, desanimados pelas dificuldades que encontraram naquele sertão.”<sup>65</sup>

Então, se para os presidentes a explicação para o fato de que alguns imigrantes não correspondiam às expectativas estava na escolha pouco cuidadosa dos mesmos na Europa, para os imigrantes a explicação devia ser outra. Como indicou Lamb,

a experiência de reconstrução de suas vidas na província estava se revelando uma aventura ingrata: os laços pátrios rompidos, a ação punitiva do governo provincial, as notícias desanimadoras trazidas do Assunguy por outros colonos, relatando a difícil sobrevivência naquela localidade, ressaltavam-lhes as incertezas de seu futuro.<sup>66</sup>

Afinal, antes de emigraram, foram iludidos e acreditaram em “fábulas forjadas” a respeito daquilo que encontrariam na província. Lamenha Lins, diante do desânimo e revolta por parte de alguns imigrantes, afirmou que a solução seria “dizer a verdade ao imigrante sobre a nova pátria que vem procurar, em vez de poéticas descrições e exageradas promessas.”<sup>67</sup>

Através da análise dos relatórios, podemos concluir que havia uma “dualidade do caráter imigrante”, conforme classificou Lamb. Ao mesmo tempo em que significavam o grande estímulo para o progresso, eram também sujeitos avessos ao trabalho e propensos a se envolverem em manifestações, que colocavam em risco não apenas a ordem pública, mas o próprio processo civilizador. Conclui-se, através dos discursos dos presidentes e das ponderações de Lamb, que a figura do imigrante adquiriu uma dupla face: “ou o imigrante era laborioso, respeitador da lei e, assim, um ‘bom’ imigrante; ou ele era indolente, agitador e descumpridor do compromisso assumido para com a nação que o recebeu, tendo se mostrado um ‘mau’ imigrante.”<sup>68</sup>

Conforme o discurso do presidente Araújo Abranches, acima apresentado, sendo bom ou mau, o imigrante ainda representava a maior potência civilizadora, sendo o principal elemento da colonização, considerado o único capaz de trazer o progresso à

---

<sup>65</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice presidente Henrique de Beaurepaire Rohan na Assembléia provincial em 1 de Março de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba.

<sup>66</sup> LAMB, Roberto Edgar. *Op. cit.*, Curitiba, 1994, p. 19.

<sup>67</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876.

<sup>68</sup> LAMB, Roberto Edgar. *Op. cit.*, p. 36.

província, através da sua laboriosidade e morigeração. Porém, analisando atentamente os relatórios, percebemos que não eram apenas os imigrantes europeus os agentes da colonização. Nesse contexto, também estavam inseridos outros elementos atuantes, conforme demonstraremos nos próximos capítulos.

## Capítulo 2 A PARTICIPAÇÃO DOS INDÍGENAS NOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ

Neste capítulo, trataremos de um sujeito histórico pouco estudado pela historiografia dedicada à colonização do Paraná provincial: o indígena. Através da análise dos relatórios oficiais do governo, pudemos perceber que esses sujeitos também estavam presentes nos projetos colonizatórios, sendo uma figura que gerou contradições e diferentes discursos por parte dos presidentes. Através dos relatos das autoridades de governo, perceberemos que os indígenas, apesar de serem negligenciados por grande parte dos historiadores da colonização, estavam longe de ser meros coadjuvantes nesse contexto.

### 2.1 Sobre vazios e silêncios

Grande parte dos estudos sobre a história do Paraná, e da região Sul em geral, esteve baseada na vinda e fixação de imigrantes europeus, que aqui se estabeleceram juntamente com suas famílias, criando colônias e desenvolvendo-as, especialmente através da agricultura. As autoridades paranaenses do século XIX consideravam os imigrantes europeus os grandes promotores do progresso e da civilização, sendo então os principais instrumentos para avanço da província, afinal, com sua morigeração e laboriosidade trariam também técnicas agrícolas e bons costumes. De acordo com Wittmann, esses imigrantes construíram espaços que “sob uma perspectiva capitalista, deram certo.”<sup>69</sup> Dessa forma, o imigrante europeu, principalmente o alemão, se tornou o sujeito desbravador-empendedor, o que fez com que outros grupos fossem historicamente percebidos como meros coadjuvantes.<sup>70</sup> Nos relatórios dos presidentes da província do Paraná, percebemos que, além dos imigrantes, outros grupos também participaram da colonização, mas acabaram sendo negligenciados pela historiografia, que supervalorizou os europeus. É o caso dos indígenas, pouco estudados pela historiografia na colonização do Paraná e do Sul como um todo.

Ao contrário do sudeste, onde a mão de obra imigrante foi fundamental para as fazendas de café, no sul a colonização foi impulsionada pela necessidade de

---

<sup>69</sup> WITTMANN, Luisa T. **O Vapor e o Botoque**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. p. 76.

<sup>70</sup> *Id. Ibid.*

povoamento, com o oferecimento de lotes de terra aos imigrantes, que deveriam ali desenvolver a agricultura. Os discursos oficiais caracterizavam a região como uma área de vazio demográfico, “parecia até que as terras estavam apenas aguardando moradores”<sup>71</sup> A utilização do termo “vazios demográficos” remete à ideia de que ninguém habitava esses espaços, “os índios, no entanto, já viviam lá”.<sup>72</sup> Essa realidade pôde ser verificada nos relatórios, pelas menções a esta população, feitas pelos presidentes da província. Em 1854, Góes e Vasconcellos afirmou haver mais de 10 mil índios habitando o território do Paraná. Além disso, o presidente fez um alerta para o fato de a cifra da população da província ser diminuta, porém, afirmou que havia “uma quantidade inumerável de indígenas que vagueiam perdidos para o trabalho e para a indústria pelas suas terras devolutas e em grande parte ainda por explorar”.<sup>73</sup>

É evidente que esta população não era considerada a adequada para povoar o território e, nesta perspectiva, era considerada uma “não-população” e, assim, a área que habitava era tida como “vazia”. A historiografia, de certa forma, acabou adotando esta caracterização, afirmando constantemente que a imigração foi incentivada pela preocupação com vazios demográficos. Balhana, Machado e Westphalen, por exemplo, consideram que a partir do século XVIII se evidenciou uma nova orientação colonizadora: antes, tínhamos na América uma colonização eminentemente litorânea; agora tínhamos um maior avanço interiorano, afinal, passou-se a ter a preocupação com os vazios demográficos “característicos do Brasil no século XVIII”.<sup>74</sup> Até mesmo aqueles que se debruçaram aos estudos dos indígenas acabam utilizando termos que remetem à ideia de não haver ninguém habitando essas terras: “No Sul do Brasil, uma enorme região se encontrava inteiramente despovoada”<sup>75</sup>, escreve Silvio Coelho dos Santos no livro *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, considerado uma grande referência para essa temática. Wittmann apresenta uma possibilidade de interpretar estas

---

<sup>71</sup> *Id. Ibid*, p. 77.

<sup>72</sup> *Id. Ibid*.

<sup>73</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembléia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854, p. 60 – 64.

<sup>74</sup> BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Vol. 1; Curitiba, PR, 1969, p. 157.

<sup>75</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e Brancos no Sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis, Edeme: 1973, p. 49.

considerações: o “passado e o presente indígena são silenciados em detrimento de uma memória exclusivamente pautada na do imigrante europeu”.<sup>76</sup>

De alguma forma, a desconsideração das populações indígenas no espaço geográfico analisado se tornou também um “vazio historiográfico”. É Santos mesmo que afirma que, devido à falta de informação bibliográfica, o Sul tem a imagem de um Brasil branco, rico e dominador, relegando ao índio a imagem de um personagem histórico, ou seja, desaparecido.<sup>77</sup> O arqueólogo Rodrigo Lavina, ao estudar a história dos indígenas em Santa Catarina, afirma ser esta uma História de povos invisíveis:

Mesmo entre os historiadores, o assunto raramente passa de um capítulo no início das obras sobre a história do Estado ou das comunidades que o formam, repetindo sempre as mesmas fontes e eternizando lugares-comuns a respeito desses povos que, se formos acreditar nesses trabalhos, teriam deixado como sinais de sua passagem apenas nomes de rios, lagoas e montanhas. Seria uma contribuição basicamente topográfica. Porém, o papel que desempenharam – e que desempenham – nesta mesma História está longe de ser insignificante.<sup>78</sup>

Essa tendência, que é característica da historiografia referente aos indígenas no Sul do Brasil, pode ser explicada pelo fato de que o país, no século XIX, estava em busca de progresso: as províncias tentavam aumentar sua produção de riquezas; os fazendeiros buscavam mão de obra; as companhias de colonização ansiavam por concessões de terrenos, visando negociá-los com imigrantes, e estes buscavam oportunidades para melhorar suas condições de vida. Nesse quadro de expectativas, ninguém se preocupou com os indígenas. Santos ainda reforça que

se alguém tivesse tido preocupações mais sérias a respeito, não faltaria quem dissesse que estava prejudicando a imagem do país na Europa, pois na época os imigrantes eram disputados pelos escritórios de dezenas de companhias de colonização, que tinham interesses em todo o continente americano. Falar que

---

<sup>76</sup> WITTMANN, Luisa T. *Op. cit.*, p. 19.

<sup>77</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos. *Op. cit.*, p. 16.

<sup>78</sup> Rodrigo Lavina *apud* WITTMANN, Luisa T. *Op. cit.*, p. 21.

índios estavam presentes em certos territórios era aniquilar com qualquer projeto de colonização.<sup>79</sup>

## 2.2 Povos perigosos

Um aspecto que favorece a ausência dos indígenas nos estudos sobre a colonização, é o fato de os indígenas não terem deixado registros escritos. Ou seja, o pesquisador tem acesso apenas a documentos que foram escritos por pessoas que apenas conviveram, de forma direta ou indireta, com esses sujeitos. Essas fontes trazem então apenas uma visão, a perspectiva do homem branco letrado, o que poderia despertar desconfiança ao leitor. Wittmann afirma que é indispensável ao historiador ter atenção redobrada para evitar a simples repetição dos discursos unilaterais a respeito dos índios presentes nos documentos, porém, com um olhar mais atento, novos horizontes podem surgir. Na verdade, “uma leitura nas entrelinhas pode revelar, em meio aos discursos etnocêntricos, muitas surpresas não limitadas ao universo dos produtores dos documentos.”<sup>80</sup> Tomemos como exemplo a fala do presidente Polidoro Cesar Burlamaque, no relatório de 1867:

“Alguns índios têm vindo dos aldeamentos à capital em procura de brindes. Completamente ignorantes, apresentam-se quase todos nus, e nenhuma importância ligam à roupa que se lhes fornece: preferem ainda um rosário de miçangas para adornarem o pescoço. Desprezando o afago da gente civilizada, eles preferem afastar-se dos povoados, tão depressa fazem aquisição dos brindes, que desejam obter, para a satisfação da cobiça, que lhes é natural.”<sup>81</sup>

Se nos prendermos apenas à fala do presidente em si, nada tiraremos dela que não seja carregada do etnocentrismo por parte dele. Porém, realizando uma leitura crítica desta fonte, percebemos, por exemplo, que os indígenas por ele referidos passaram a se interessar pelos objetos do homem branco para seu próprio uso e não apenas porque eram ignorantes e se infantilizavam ao ver tais objetos: “eram as

---

<sup>79</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos. *Op. cit.*, p. 57.

<sup>80</sup> WITTMANN, Luisa T. *Op. cit.*, p. 24.

<sup>81</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Polidoro Cesar Burlamaque na Assembléia provincial em 15 de Março de 1867. Typ. Paranaense, Curitiba, 1867, p. 65.

novidades proporcionadas pelo contato.”<sup>82</sup> Santos afirma que, devido a esse contato que os indígenas começaram a ter com os homens brancos ditos civilizados, vieram também a conhecer os instrumentos de ferro e aço, que eram algo novo, e “não resistiram a eles”, tanto que esses materiais logo começaram a fazer parte do seu próprio arsenal.<sup>83</sup> Enfim, como indica Wittmann, mesmo carregada de juízos de valor etnocêntricos, a fonte revela aspectos da cultura dos sujeitos a que se refere.<sup>84</sup>

Tanto o etnocentrismo quanto as indicações de aspectos da atuação dos indígenas estão presentes nas fontes analisadas neste trabalho. De fato, os relatórios dos presidentes da Província do Paraná produzidos entre os anos de 1854 e 1876 tendem em geral a caracterizar os índios não aldeados – ou seja, aqueles que mantinham as especificidades de sua cultura - como selvagens. Estes eram considerados uma grande ameaça ao projeto colonizatório, uma vez que espalhavam o medo e a desconfiança naqueles que seriam os agentes desse projeto: os colonos imigrantes.

A história dos indígenas, desde período muito anterior ao tratado neste capítulo, foi marcada por esta perspectiva que os associava à ameaça e à necessidade de aldeamento ou “domesticação”. Desde o início do processo de colonização da América, as bandeiras dedicavam-se a localizar, prender e escravizar estas populações. Organizadas por iniciativa de particulares, os bandeirantes, as bandeiras eram hierarquicamente compostas por um chefe branco ou mameluco, responsável pelos outros integrantes, como religiosos, escravos e indígenas. Tinham como principais objetivos o combate a invasores estrangeiros, a indígenas inimigos e a escravos quilombolas, visando também o desbravamento dos sertões e a procura de ouro e pedras preciosas. Além de tudo isso, tinham também um objetivo bastante claro: aprisionar mão de obra indígena.<sup>85</sup> Nesse sentido, os bandeirantes ficaram caracterizados na História como sendo homens corajosos, verdadeiros heróis, que desbravaram os sertões brasileiros, mas também aparecem como responsáveis por um verdadeiro genocídio de muitas tribos indígenas, com as quais se deparavam nos sertões. É interessante notar que os presidentes da província do Paraná, condenando as ações agressivas contra os

---

<sup>82</sup> WITTMANN, Luisa T. *Op. cit.*, p. 25.

<sup>83</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos. *Op. cit.*, p. 100.

<sup>84</sup> WITTMANN, Luisa T. *Op. cit.*, p. 24.

<sup>85</sup> ARANTES, Aimoré Índio do Brasil. “Bandeiras e Bandeirantes”. In. **Missões: Conquistando almas e territórios**. Governo do Paraná – Secretaria de Estado da Cultura. Curitiba, 2009, p. 81.

indígenas da região, as relacionavam às “bandeiras”. O vice presidente Beaurepaire Rohan, em 1856, ao comentar as pretensões de civilizar os indígenas, escreveu:

“O elemento religioso só por si nada fará, sem o auxílio da força [...] É pela conquista que devemos tomar a iniciativa, nesse importante objeto. Não penseis, senhores, que a palavra *conquista*, na acepção em que a tomo, envolva a idéia dessas bandeiras sanguinárias, que, mais uma vez têm levado a devastação ao meio de nossos sertões.”<sup>86</sup>

Para Beaurepaire Rohan, era necessário o uso da força no trato com os indígenas, porém, a violência que caracterizou as bandeiras era demasiada e, portanto, condenável. Góes e Vasconcelos, em 1854, ao se referir às medidas de proteção contra os índios para os “civilizados”, também já havia se pronunciado condenando as bandeiras: “A força organizada pelo chefe de polícia em defesa dos habitantes daqueles lugares (...) conseguiu o fim proposto sem cometer atos de barbaridade, que caracterizaram as bandeiras.”<sup>87</sup>

Mesmo considerando o movimento dos bandeirantes bárbaro e condenável, demonstrando uma postura humanitária em favor dos indígenas, os presidentes continuam vendo esses sujeitos como uma ameaça, um perigo para os colonos, logo, para o projeto de colonização. Um importante indicador dessa associação entre indígena e ameaça ou perigo é o fato de, na maioria das vezes, os indígenas terem sido tratados na seção *Tranquilidade e Segurança Pública* dos relatórios, na qual são relatados os crimes que ocorreram na província durante o ano em questão. Liberato de Mattos, em 1859, referindo-se à segurança pública, escreveu:

Em Guarapuava, alguns fazendeiros abandonaram seus estabelecimentos e se recolheram à vila receosos de eminente assalto dos selvagens. Logo que soube, fiz seguir uma força de 20 praças (...) afim de bater e rondar o território na

---

<sup>86</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Vice presidente Beaurepaire Rohan na Assembléia provincial em 01 de Março de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba, 1856.

<sup>87</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembléia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854.

circunvizinhança daquelas fazendas, determinando que não se empregasse a menor violência contra os índios, a se não da agressão de sua parte.<sup>88</sup>

A simples presença de indígenas nas proximidades das vilas e colônias gerava desconfiança e medo. Os índios não haviam atacado as fazendas, mas a simples possibilidade de um ataque fez com que os fazendeiros abandonassem o local e o governo enviasse para lá força policial, com a ressalva de apenas usar de violência caso os índios também usassem. Mesmo sem ocorrência violência cometida por índios, alguns presidentes comentavam sobre eles na seção *Tranquilidade e Segurança Pública*, ressaltando de alguma maneira seu caráter violento e agressivo, fato que evidencia a forma como as autoridades públicas e, certamente, grande parte da população encaravam os indígenas: como uma grande ameaça. Em 1873, o vice presidente Manoel Antônio Guimarães registrou, na seção *Segurança Pública* de seu relatório: “Não tivemos a deplorar fato algum de ameaça ou ataque da parte dos selvagens que em outros anos saltaram os distritos de Palmas, Guarapuava e Rio Negro cometendo assassinatos e depredações e pondo em sobressalto a população.”<sup>89</sup> O presidente André Augusto da Padua Fleury, em 1865, também comentou sobre os indígenas na seção referente aos crimes ocorridos na província, sendo que estes não tivessem cometido delito algum:

“Nem tenho de registrar novos assaltos do selvagem, que, rebelde ao sacrificio do governo para chamá-lo à civilização, tem tantas vezes vitimado a famílias inteiras, saqueando e destruindo nossas propriedades.”<sup>90</sup>

Então, ao revelar a simples presença dos índios, os presidentes destacam muitas vezes a sua agressividade e hostilidade, o que justificava a necessidade de afastá-los das áreas de colonização:

---

<sup>88</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembléia provincial em 7 de Janeiro de 1859. Typ. Paranaense, Curitiba, 1859, p. 2.

<sup>89</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Vice Presidente Manoel Antônio Guimarães na Assembléia provincial em 17 de fevereiro de 1873. Typ. Paranaense, Curitiba, 1873.

<sup>90</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente André Augusto de Padua Fleury na Assembléia provincial em 21 de Março de 1865. Typ. Paranaense, Curitiba, 1865, p. 2.

“Chegou ao meu conhecimento o aparecimento de índios nas proximidades daquela freguesia (Rio Negro). Convindo evitar os assassinatos e depredações que costumam por em prática tais selvagens recomendei [...] ao comandante superior do príncipe que auxiliasse o referido subdelegado com a força de guardas nacionais que fosse por ele requisitada, a fim de ser garantida a segurança e a tranquilidade pública dos habitantes.”<sup>91</sup>

De acordo com John Monteiro, era necessário retratar os índios como animais sanguinolentos, sendo totalmente arredios aos avanços brancos, para que os ataques, o uso da força e a violência deflagrada tivessem uma justificativa<sup>92</sup>. Silvio Coelho dos Santos reforça essa interpretação, afirmando que

a caracterização dos Xokleng como “selvagens desalmados”, que tudo faziam para matar ao branco, foi comum e necessária para se justificar as ações que sobre eles deflagravam os bugreiros e os colonos. Histórias mil sobre a agressividade dos indígenas, sobre sua falta de piedade, sobre sua falta de respeito à vida indefesa, circulavam nas colônias e fazendas.<sup>93</sup>

Darcy Ribeiro afirma que esses ataques, que acabaram levando ao total extermínio das populações indígenas em alguns lugares, não era só praticado, “mas defendido e reclamado como remédio indispensável à segurança dos que constituíam uma civilização no interior do país.”<sup>94</sup> Civilização que contava com o imigrante europeu como seu principal aliado, e no qual eram depositadas as maiores esperanças de progresso e desenvolvimento para a província. Porém, naquele contexto de medo extremo dos indígenas, além das difíceis atividades e dos mais variados problemas, os imigrantes tinham ainda outra preocupação: os índios circundando seus terrenos.

Recebendo seu pedaço de terra - a tão almejada propriedade privada, da qual tiraria seu sustento, renda e independência – os colonos descobriram que não estavam

---

<sup>91</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice - Presidente Agostinho Ermelino de Leão na Assembléia provincial S/D 1871. Typ. Paranaense, Curitiba, 1871, p. 19.

<sup>92</sup> MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e Historiadores**: Estudos da História Indígena e do Indigenismo. Tese apresentada para o Concurso de Livre Docência; Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo, UNICAMP. Campinas, 2001, p. 155.

<sup>93</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos. *Op. cit.*, p. 97.

<sup>94</sup> RIBEIRO, Darcy. **A política Indigenista Brasileira**. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola. Rio de Janeiro, 1962, p. 9.

sozinhos. E após o reconhecimento da existência de um pelo outro, o medo passou a fazer parte do cotidiano dos colonos e indígenas.<sup>95</sup> De acordo com Wittmann, muitos presidentes de província compartilhavam a idéia de que os índios prejudicavam a imigração porque atacavam os laboriosos estrangeiros. Dessa forma, constituíam um verdadeiro obstáculo ao sucesso das colônias.<sup>96</sup> Alguns relatos evidenciam a preocupação dos presidentes diante dessa ameaça dos indígenas aos colonos e aos núcleos populacionais. Diz o Vice Presidente Ribeiro de Rezende, em 1859:

“Ainda não cessou de ser ameaçada, como sempre, a segurança dos habitantes das povoações de Guarapuava e Palmas pelos índios selvagens que infestam as imediações dessas povoações, e ainda mais as dos fazendeiros que por vezes têm por eles sido assaltados.”<sup>97</sup>

O presidente Liberato de Mattos, em 1859, relatou: “Informou o (diretor) de Jatahy [...] que os habitantes queriam abandonar a colônia, pelo terror com que se achavam dos coroados.” Diante de tais situações, que poderiam colocar em risco a segurança e a tranquilidade das colônias e povoações, o governo estava convicto que o colono deveria ser amparado e protegido.<sup>98</sup>

Diante desse contexto, Santos relata que os índios, desde o começo do século XIX, eram considerados obstáculos a vencer para que a Nação como um todo descobrisse e ocupasse territórios até então inexplorados. Ou seja, os índios eram vistos como verdadeiros empecilhos ao progresso da Nação e das próprias províncias.<sup>99</sup> O autor, porém, diante dessa realidade que condenava os indígenas e suas ações em detrimento do progresso, destaca o fato de que

Poucos poderiam se perguntar sobre a verdadeira razão dos ataques dos silvícolas. Poucos poderiam aceitar que o índio tinha um estômago a prover; tinha mulher e filhos para sustentar. Poucos poderiam lembrar que preliminarmente a terra era do índio e que dela ele tirava o que necessitava para sobreviver. Poucos poderiam

---

<sup>95</sup> WITTMANN, Luisa T. *Op. cit.*, p. 41.

<sup>96</sup> WITTMANN, Luisa T. *Op. cit.*, p. 41.

<sup>97</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Vice presidente Ribeiro de Rezende na Assembléia provincial em 07 de Janeiro de 1859. Typ. Paranaense, Curitiba, 1859.

<sup>98</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos. *Op. cit.*, p. 61.

<sup>99</sup> *Id. Ibid.*, p. 116.

admitir que o índio afinal estava a se defender dos que usuravam sua terra, derrubando a floresta e devastando a caça. Para a maioria da população civilizada o índio era apenas um obstáculo ao progresso e à segurança.<sup>100</sup>

Deixando claro em seus relatórios, como apresentado, os presidentes da província do Paraná compartilhavam essa mesma visão em relação aos indígenas, tomando-os como um obstáculo ao tão almejado progresso da província, que viria através das mãos laboriosas dos imigrantes europeus. Era preciso tomar providências diante do “problema indígena”.

### 2.3 Saneando os conflitos e produzindo trabalhadores

A solução vislumbrada pela maior parte dos presidentes que trataram do assunto era relacionada à catequese. Seria através da catequese e dos aldeamentos que os índios deixariam de ser uma ameaça. Neste sentido, já em 1854, Góes e Vasconcellos afirmava:

“Dois fatos há na história dos nossos aborígenes superiores a toda contestação, e vem a ser: 1º que a força não reduz índios nem os conserva aldeados, senão que os acaba e os aniquila. 2º que só o Evangelho os abrande e os faz abraçar a vida social [...] Só os meios brandos, só a religião, que em si os resume e sublima, há de, pois, efetuar verdadeiramente a civilização dos nossos indígenas.”<sup>101</sup>

De fato, a instituição do aldeamento consistia o principal alicerce da política indigenista no Império como um todo. Conforme apresenta John Monteiro, a crença de que a catequese resolveria os conflitos com as populações indígenas era uma tendência geral nas províncias. Um jornal que circulava em Minas Gerais, denominado *O Mucuri*, traz a seguinte reflexão: “a providência a ser tomada contra [os índios] deve ser ou seu total aniquilamento, matando-os e aprisionando-os, o que é desumano e difícil, ou mais uma vez tentar-se a catequese”.<sup>102</sup> Podemos notar dois elementos interessantes a partir desse excerto: o primeiro, relacionado a uma postura humanitária em relação aos

---

<sup>100</sup> *Id. Ibid.*, p. 98.

<sup>101</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembléia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854, p. 63.

<sup>102</sup> *O Mucuri* apud MONTEIRO, John M., *Op. cit.*, p. 165.

indígenas; e o segundo demonstrando a importância da catequese para a questão indígena e, indo mais além, que os índios só seriam úteis se fossem aldeados. Nos relatórios, esse posicionamento mais humanitário para com os indígenas, além daqueles discursos que condenavam a violência extrema das bandeiras, acusando o genocídio promovido por elas, aparece principalmente na fala de Góes e Vasconcellos, em 1855:

Pelo que toca a terrenos destinados ao uso dos índios, a injustiça de que têm sido vítimas os selvagens, que acreditaram na civilização de seus conquistadores, é manifesta e incontestável. Senhores primitivos do terreno vastíssimo, que há poucos anos os homens chamados civilizados (nisto não desempenharam completamente a expressão) repartiram entre si, com direito a força e superioridade da pólvora e da bala sobre o arco e a flecha, estão reduzidos hoje a não ter campos onde apascentem seus animais, nem terra que lavrem, para tirar os gêneros de que se alimentam.<sup>103</sup>

Esses tipos de discursos foram caracterizados por Wittmann como sendo “posições contrárias às comuns”<sup>104</sup>, que não se limitaram apenas aos discursos humanitários em relação aos índios. Foram vários os presidentes que viram os índios como potenciais trabalhadores rurais, bem como elementos de povoação. Para estes, o indígena não é considerado uma ameaça ao projeto colonizatório, mas sim um possível colaborador no empreendimento colonizatório. Em 1859, o presidente Liberato de Matos destacou a importância de se “chamar à vida civilizada o maior número possível de selvagens”<sup>105</sup> ressaltando ser este um dever de caridade e também algo de interessante à sociedade em geral. José Francisco Cardoso, um ano depois, afirmou haver uma “crença geral de que a grandeza futura dessa província pende muito do maior desenvolvimento da catequese”<sup>106</sup>, destacando que esse era um ramo muito importante no que tange ao desenvolvimento da província. O Presidente do ano 1870, Antonio Luiz Affonso de Carvalho, destacou a necessidade de se aumentar o número de aldeamentos

---

<sup>103</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembléia provincial em 08 de Fevereiro de 1855. Typ. Paranaense, Curitiba, 1855.

<sup>104</sup> WITTMANN, Luisa T. *Op. cit.*, p. 59.

<sup>105</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembléia provincial em 7 de Janeiro de 1859. Typ. Paranaense, Curitiba, 1859, p. 14.

<sup>106</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente José Francisco Cardoso na Assembléia provincial em 01 de Março de 1860. Typ. Paranaense, Curitiba, 1860, p. 52.

existentes na província, para que dessa forma se tirasse maior proveito da mão de obra indígena: “São necessários outros aldeamentos [...] para aproveitar tantos índios que vagam pelas matas, saindo a infestar, quando podem, as estradas e as povoações vizinhas.”. O presidente, diante do pessimismo de algumas autoridades em relação ao projeto de catequese, considerava que

Suspender as despesas, cessar o serviço é causar ao país intuitivo prejuízo, tanto pela perda de tudo que se há despendido, como desses milhares de indivíduos, que podem ser convertidos à civilização e concorrer pelo aumento da população. De tantos infelizes, que se perdem nas matas, os que se aproveitam, poucos que sejam, compensam os sacrifícios.<sup>107</sup>

É evidente a intenção deste governante de inserir os indígenas no projeto de desenvolvimento provincial e de colonização. Esta intenção foi expressa também por José Francisco Cardoso, em 1861, ao recorrer ao governo imperial para fortalecer a inserção dos “selvagens” nos planos provinciais:

Sou forçado a invocar a reconhecida solicitude e patriotismo de V. Ex. para a sorte de tantos braços ociosos e perdidos, ao passo que são talhados para os mais pesados serviços. Refiro-me aos milhares de indígenas que percorrem os nossos vastos sertões, cuja índole benigna indica a propícia oportunidade de aldeá-los com vantagem.

O Vice Presidente Beuarepaire Rohan, em 1856, parece ter resumido todo esse ideário que envolvia índios e catequese:

Assim, pois, senhores, todos os nossos esforços nesse sentido, não podem ter senão um resultado benéfico. Como homens de religião, cumprimos com o dever que nos impõe o Evangelho, chamando a grey cristã esses infelizes, que jazem imersos nas

---

<sup>107</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Antonio Luiz Affonso de Carvalho na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1870. Typ. Paranaense, Curitiba, 1870, p. 46-47.

trevas do gentilismo; como políticos, temos que proporcionar ao nosso país todos os meios de incremento que no oferece a própria natureza.<sup>108</sup>

As considerações deste presidente confirmam as que fez John Monteiro, de que, na verdade, “a espada nunca esteve muito distante da cruz”<sup>109</sup>. Ou seja, por trás de todas estas opiniões, havia uma grande contradição, representada pela simultaneidade entre a agressão e a assistência aos índios.

Havia, na conformação das opiniões um aspecto que é importante destacar: o índio era considerado um elemento de colonização, desde que aldeado. Em outras palavras, o índio só seria útil ao projeto colonizatório se abandonasse seus costumes, se aproximando cada vez mais da “civilização”. É neste sentido que o Vice Presidente Beaurepaire Rohan afirmava serem necessárias três condições essenciais para a redução dos indígenas: a conquista, a catequese e a civilização, sendo a primeira uma questão de polícia; a segunda o predicado da religião; e a terceira o resultado da indústria. Ele afirmava ainda que “convém utilizar essas forças que vivem dispersas pelos desertos, procurando adicioná-las a população civilizada”<sup>110</sup>, ou seja, era conveniente utilizar a força de trabalho indígena, mas primeiro era preciso civilizá-los. E esse processo de civilização, para ele, significava acabar com os vestígios da cultura silvícola. Isso seria possível através do convívio dos índios com a população “civilizada”. O presidente expressava considerações pautadas por critérios raciais, prevendo que miscigenação de indígenas com a população branca os faria desaparecer, pois a “raça caucásia” seria mais forte e predominante:

Para aqueles que lançam uma vista de olhos superficial sobre a nossa estatística moral, que os povos da raça tupi, tão numerosos outrora, desaparecerão da superfície do Brasil, sob a pressão e os vícios da miséria; é esse, porém, um erro, que não compartilharão aqueles que considerarem a questão pelo lado da ciência. A presença da raça caucásica tende certamente a extinguir todas as mais raças em que se divide a espécie humana; mas é pelo cruzamento que se deve operar esse fenômeno provincial, como já entre nós se pode observar, tanto a respeito dos

---

<sup>108</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice Presidente Beaurepaire Rohan na Assembléia provincial em 01 de Março de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba, 1856, p. 50.

<sup>109</sup> MONTEIRO, John M. *Op. cit.*, p. 151.

<sup>110</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice Presidente Beaurepaire Rohan na Assembléia provincial em 01 de Março de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba, 1856, p. 50.

primitivos habitantes do Brasil, como a respeito da raça etiópica, de que futuramente não haverá um só traço em nossa população.<sup>111</sup>

Wittmann analisando essa questão afirma que

A violência contra os índios estava na base da colonização [...] A longo prazo, entretanto, chegava a acreditar na civilização dos índios. Mas isso só seria possível com a vitória definitiva do progresso. A solução da questão indígena viria através da transformação da selva em morada do moderno. A mata receberia estradas que, rasgando o verde, permitiriam a subjugação dos chamados selvagens. A vitória de uma outra cultura mudaria os índios. Ao invés de ferozes, tornar-se-iam úteis a uma sociedade que nada se assemelha a sua.<sup>112</sup>

A autora conclui ainda que os índios, considerados inconstantes e irracionais, seriam um “anti modelo” comparado ao imigrante europeu. Então, almejava-se transformar as matas virgens e apagar esse passado indígena considerado selvagem. Era a transformação do indígena que estava em pauta. Em relação aos imigrantes e sua noção de superioridade, o índio era o inimigo, representando sempre o contrário: civilizado/selvagem, moderno/atrasado, trabalhador sedentário/nômade vadio. De acordo com a autora, entender essa conjuntura de dicotomias é fundamental, justamente pelos discursos dos presidentes em relação aos indígenas estarem pautados na dicotomia selvagem *versus* civilizado, “em outras palavras, no progresso em oposição ao atraso representado pela mata virgem e seus habitantes.”<sup>113</sup>

Darcy Ribeiro, tratando dessa questão, afirma que

A ideologia brasileira quer o índio – e também o negro – como um futuro “branco” dissolvido pela amalgamação racial e pela assimilação, na comunidade nacional [...] Tudo indica que o processo de integração, se deixado atuar livremente, não levará à assimilação, mas à extinção dos índios.<sup>114</sup>

---

<sup>111</sup> *Id. Ibid.*

<sup>112</sup> WITTMANN, Luisa T. *Op. cit.*, p. 61

<sup>113</sup> WITTMANN, Luisa T. *Op. cit.*, p. 75.

<sup>114</sup> RIBEIRO, Darcy. *Op. cit.*, p. 141.

John Monteiro também conclui que “o futuro do gênero humano, a julgar pela tendência predominante na época, não contaria com a presença das tribos brasileiras”.<sup>115</sup> E completa, apresentando-nos a contradição existente no que dizia respeito aos índios: “atrair ou repelir, civilizar ou exterminar, estas alternativas que remontavam aos primórdios da colonização moviam as discussões nos sertões e nas cidades. A noção de civilização, ao que parece, abrigava os dois extremos.”<sup>116</sup> Enfim, o que percebemos é uma posição dicotômica em relação àqueles que compunham as tribos dos sertões do Império como um todo.

Tal dicotomia também marcou os discursos dos presidentes da Província do Paraná, que ora consideravam os selvagens como “entes perfeitamente inúteis, quando não se tornam prejudiciais”<sup>117</sup>, ora como seres de “brando natural e dados à agricultura”<sup>118</sup>. Essa última tendência, de uma forma ou outra, acabava inserindo os indígenas no grande projeto de colonização, tão discutido e almejado pelos governantes paranaenses. Em 1862, o presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira, tratando especificamente das colônias militares, propôs inserir os indígenas nesses núcleos, tendo em vista que eram sujeitos voltados a atividades militares, bem como facilmente adaptáveis ao trabalho. Defendia que, ao chamar os indígenas ao convívio dos colonos das colônias militares, “tirava-se partido da tendência natural do índio para o aparato da vida militar e facilmente embuia-se-lhe amor ao trabalho e hábitos de subordinação pelo exemplo da disciplina dos soldados colonos.”<sup>119</sup> Relatando também sobre colônias militares, o presidente de 1867, Polidoro Cesar Burlamaque, destacou a importância que os indígenas adquiriram nos núcleos coloniais militares, no sentido de povoá-las:

O estabelecimento de colônias militares nas proximidades dos aldeamentos, muito contribuiria para conseguir-se esse fim que se tem em vista. A tribo dos coroados, maior que qualquer outra, e de todas a mais refratária à vida pacífica e laboriosa, pois vive cometendo em suas constantes correrias, horrorosos assassinatos e

---

<sup>115</sup> MONTEIRO, John M. *Op. cit.*, p. 148.

<sup>116</sup> *Id. Ibid*, p. 143.

<sup>117</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice Presidente Beaupaire Rohan na Assembléia provincial em 01 de Março de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba, 1856, p. 49.

<sup>118</sup> BIGG-WHITER, Thomas P. **Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná. 3 anos em suas florestas e campos: 1872/1875**. Coleção Brasil Diferente. Imprensa Oficial do Paraná: Curitiba, 1645, p. 61.

<sup>119</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1862. Typ. Paranaense, Curitiba, 1862, p. 80.

depredações, com facilidade povoariam aquelas colônias, visto mostrarem tendências e muito gosto para a vida militar. Seria pois conveniente pôr-se em prática esta medida, confiando-se a direção das colônias a militares inteligentes.<sup>120</sup>

Essa postura diferenciada de alguns presidentes pôde ser evidenciada também pela forma com a qual organizaram seu relatório. Por exemplo, o presidente Vaz de Carvalhaes incluiu a discussão sobre os indígenas e os aldeamentos no item denominado “Colonização”, no qual os presidentes relatavam a situação da imigração, das colônias e todas as suas expectativas em torno das mesmas<sup>121</sup>. Isso é bastante significativo se levarmos em consideração o fato de que muitos presidentes tratavam das questões indígenas no item referente à “Tranquilidade e Segurança Pública”, no qual eram relatados os crimes ocorridos na província no ano decorrido. Outro elemento significativo, referente às posturas diferenciadas de alguns presidentes, está no fato de promoverem ações nos aldeamentos que muito se assemelhavam àquelas tomadas nas colônias, que visavam melhorar as condições de vida nos núcleos, logo, a fixação dos colonos. A educação sempre foi uma preocupação nas colônias, sendo considerada um dos fatores que garantiriam a permanência dos imigrantes, como percebemos através do discurso de José Francisco Cardoso, em 1861:

É aqui ocasião de lembrar-vos uma das necessidades apontadas pelo diretor da colônia do Superaguy: reporto-me à criação de uma escola de instrução primaria ali. A população que conta, reclama, desde já, este melhoramento que, junto á outros, atrairá para aquele ponto maior número de colonos.<sup>122</sup>

E essa preocupação parece ter se espalhado aos aldeamentos, conforme mostrou Antonio Barbosa Gomes Nogueira, em 1862:

Representando-me o missionário diretor a necessidade de haver naquele aldeamento um professor de primeiras letras, com noções de música, nomeei [...]

---

<sup>120</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Polidoro Cezar Burlamaque na Assembléia provincial em 15 de Março de 1867. Typ. Paranaense, Curitiba, 1867, p. 42.

<sup>121</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice - Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes na Assembléia provincial S/D. Typ. Paranaense, Curitiba, 1857, p. 24.

<sup>122</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente José Francisco Cardoso na Assembléia provincial em 18 de Março de 1861. Typ. Paranaense, Curitiba, 1861.

Antonio Arlindo Pereira [...] Este aldeamento parece-me já estar no caso de merecer este benefício.<sup>123</sup>

O presidente Adolpho Lamenha Lins, nome muito reconhecido ao se tratar da História do estado do Paraná, também pode ser considerado um presidente com “voz dissonante” no que diz respeito à presença de indígenas no contexto da colonização da província. Ele também relatou a necessidade de investimentos na educação dos aldeamentos, através da contratação de um professor de primeiras letras e de uma professora de música para o aldeamento São Jerônimo<sup>124</sup>. Em seu relatório de 1876, o presidente demonstrou acreditar nos índios como verdadeiros sujeitos colonizadores, assim como eram os imigrantes e os nacionais, e os aldeamentos como instrumentos de colonização:

Existem nesta província os aldeamentos de São Pedro de Alcântara, São Jerônimo e Paranapanema. Estes estabelecimentos, além dos serviços que prestam à catequese, são excelentes núcleos de colonização nacional, que devem merecer todos os cuidados do governo, como um dos mais poderosos instrumentos de progresso e desenvolvimento de nossa lavoura.<sup>125</sup>

Através dos discursos apresentados, podemos concluir que, ainda que muitas vezes fosse incisiva a consideração de que os indígenas representavam perigo aos projetos e empreendimentos de colonização, havia, entre os presidentes da província do Paraná, posturas dissonantes no que dizia respeito aos índios que habitavam os sertões paranaenses e os aldeamentos. Dentro da delimitação de tempo proposta por este trabalho (1854 a 1876), vários governantes manifestaram a crença na potencialidade dos indígenas para, ao lado de imigrantes e nacionais, colocar em prática e desenvolver o projeto de colonização da província.

É preciso, porém, tomar cuidado ao fazer tal afirmação, para que não se crie a ilusão de que, na província do Paraná, os indígenas eram tratados em pé de igualdade

---

<sup>123</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1862. Typ. Paranaense, Curitiba, 1862, p. 82.

<sup>124</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876, p. 101.

<sup>125</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876, p. 101, p. 99.

com esses outros sujeitos nos discursos do governo, amenizando assim uma História que foi, na verdade, bastante cruel para os indígenas no Brasil como um todo. Os índios estavam sim inclusos nos projetos de colonização de alguns presidentes, como mão de obra ou elementos de povoamento, porém, para isso os índios deveriam estar aldeados, ou seja, deveriam se desvincular de praticamente todos os laços com seu passado, na perspectiva de se tornar cada vez mais semelhante ao homem branco e sua cultura. Era preciso que o índio passasse por uma transformação completa, atingindo então a civilização, o que em muitos discursos, significava a total extinção do índio enquanto índio.

Com a intenção de uma maior problematização a respeito da presença dos indígenas no sul do Brasil, novas posturas acadêmicas estão surgindo, nas quais esses sujeitos são compreendidos também como protagonistas e não mais como meras vítimas da História, dialogando com as novas conjunturas, sendo também agentes no contato com os colonizadores.<sup>126</sup> De alguma forma, esse trabalho tentou se inserir nessa nova postura, trazendo a figura do índio para a História da colonização da Província do Paraná, através de falas dissonantes dos presidentes da província, que demonstram que os índios foram muito mais que uma simples ameaça ao projeto colonizatório e aos colonos imigrantes em geral.

---

<sup>126</sup> WITTMANN, Luisa T. *Op. cit.*, p. 22.

## Capítulo 3 OS NACIONAIS E SEU PAPEL NOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

Neste capítulo, nosso objetivo será inserir outros sujeitos, que assim como os indígenas, também foram negligenciados pela historiografia da colonização no Paraná: os nacionais. Com o estudo das fontes, podemos perceber que, apesar da extrema valorização do imigrante europeu, considerado o colono ideal, em vários momentos foram os nacionais os responsáveis por levar adiante o projeto de colonização na província paranaense.

### 3.1 O projeto de imigração e seus poucos resultados

No decorrer deste trabalho, pudemos observar que muitas eram as expectativas dos governantes em torno dos imigrantes europeus. Conforme afirma Santos, desde o início do século XIX, o Brasil desejava colocar em prática o modelo de imigração utilizado nos Estados Unidos da América, ou seja, atrair imigrantes europeus para desenvolver a agricultura estagnada. O autor relata ainda a existência da crença na superioridade indiscutível do trabalhador europeu, principalmente daquele cuja “raça” não era a mesma dos que haviam colonizado o país primeiramente.<sup>127</sup>

A partida dos europeus em direção ao Brasil foi motivada por diversos fatores, tanto aqueles ligados à economia do país de origem, quanto pelo forte incentivo de atração promovido pelo Império, por meio de uma grande propaganda ressaltando as qualidades da terra e do clima, bem como a hospitalidade aqui oferecida.<sup>128</sup> Toda essa propaganda, às vezes exagerada e enganosa, fazia parte do projeto de colonização imperial, que se caracterizava como uma espécie de “receita para o progresso”, como consideram Andrezza e Nadalin: com a introdução do imigrante branco, livre, pacífico e trabalhador, o contato dos nacionais com esses sujeitos seria inevitável, o que ocasionaria a eliminação daquilo que havia de ruim na sociedade brasileira, levando o elemento nacional a produzir.<sup>129</sup> Percebemos que o nacional, chamado filho da terra, ocupava uma posição de coadjuvante nesse grande plano do governo em busca do

---

<sup>127</sup> SANTOS, Silvio Coelho dos. *Op. cit.*, p. 48.

<sup>128</sup> PINTO, Divanir de Oliveira. *Op. cit.*, p. 19.

<sup>129</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza. NADALIN, Sergio Odilon. *Op. cit.*, p. 68.

progresso, já que era o imigrante europeu o único capaz de realizar tal tarefa, através do desenvolvimento da agricultura nos núcleos coloniais.

Várias dificuldades, entretanto, criavam empecilhos para a realização deste projeto de inserção de estrangeiros nas colônias. Tais complicações foram reiteradamente mencionadas pelos presidentes da província. Já em 1854, primeiro ano após a emancipação da província, Góes e Vasconcelos apontava para o empecilho que constituía a falta de estradas de boa qualidade na província:

[...] o anseio de atrair, aos excelentes terrenos da província, colonos europeus em certa escala, encontra certa resistência no estado deplorável das vias atuais de comunicação, onde não pode rodar um carro.<sup>130</sup>

Além das péssimas condições das estradas, a distância de alguns núcleos coloniais do oceano ou dos centros populacionais também configurava uma dificuldade ao desenvolvimento da colonização, conforme relatou o presidente Augusto da Fonseca sobre a situação da Colônia Thereza:

A existência da administração colonial nesta povoação é completamente inútil. Colocada a mais de 40 léguas do mar não é procurada por colono algum, nem tem probabilidade de o ser.<sup>131</sup>

Os problemas enfrentados pelo empreendimento colonizatório iam além das fronteiras da província, como mostrou Góes e Vasconcelos, em 1855: “Os altos preços das passagens da Europa para Brasil [...] é talvez um dos mais consideráveis obstáculos à emigração de europeus, que tanto havemos mister”.

Lamenha Lins, em 1874, parece ter sintetizado todas estas dificuldades:

A falta de vias de comunicação, a carência de capitais a juro módico, a ausência completa de instrução profissional aplicada à exploração da terra; a imperfeição da lei sobre locação de serviços; alguns defeitos da nossa legislação civil à

---

<sup>130</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembléia Provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854.

<sup>131</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Bacharel Antonio Augusto da Fonseca na Assembléia provincial em 06 de Abril de 1869. Typ. Paranaense, Curitiba, 1869.

propriedade territorial esterilizada pelos grandes proprietários que a inutilizam à falta do respectivo imposto; a carência de um cadastro que a descrimine do domínio público e, medida e dividida em lotes, se torne acessível ao pequeno lavrador e ao colono; são, com outras, as causas que embaraçam a colonização nacional e estrangeira e o desenvolvimento de nossa agricultura em uma terra mais que própria para atrair os braços que lhe podem dar vida.<sup>132</sup>

### 3.2 Os nacionais entram em cena: de coadjuvantes a protagonistas

Conforme demonstrado, várias eram as dificuldades encontradas pelos governantes para atrair imigrantes e fixá-los nos núcleos coloniais. Tais complicações faziam com que pouquíssimos resultados fossem obtidos das colônias, desiludindo muitos governantes e até mesmo transformando em prejuízo o grande investimento por eles feito. Diante desse insucesso do projeto colonial, do qual se acreditava depender o futuro da província, os brasileiros passaram a figurar como agentes importantes nesse cenário.

Essa presença nacional nos núcleos se mostraria bastante precoce, afinal, o Presidente Góes e Vasconcelos, no ano de 1854, relatou que os brasileiros já figuravam na primeira colônia surgida no território paranaense, em 1828, quando ainda não havia se emancipado de São Paulo:

“Em 1828, o Barão de Antonina, cujo nome anda associado às ideias de mor utilidade para esta província, dirigiu o estabelecimento de uma colônia de alemães no Rio Negro. Essa colônia dispersou-se por diversas partes, confundindo-se os alemães, que ali ficaram no Rio Negro, com a população do país, não, todavia, sem proveito do lugar, a que dão o exemplo do amor do trabalho, e a vantagem dos produtos, que levam ao mercado.”<sup>133</sup>

Nesse mesmo relatório, o presidente nos fornece dados estatísticos que comprovam a presença majoritária dos nacionais em Rio Negro: existiam 102 alemães e 351 nascidos no Brasil. Góes e Vasconcelos relatou ainda a situação das duas colônias

---

<sup>132</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Adolpho Lamenna Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876.

<sup>133</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembléia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854.

existentes naquele ano de 1854, Colônia Thereza e Colônia Superaguy, em que podemos notar mais uma vez a presença significativa dos nacionais: “Eis o que são as duas colônias, que há na província, as quais chamei d’estrangeros, porém que, em verdade, contêm em seu seio muitos brasileiros”.

No relatório de 1856, o presidente Pires da Motta também mencionou a significativa presença de brasileiros na colônia Thereza, formada em 1847 e localizada nas margens do Rio Ivaí, a nove léguas de distancia da localização mais próxima, Guarapuava:

“(…) à proporção que os colonos daquela nacionalidade [franceses] abandonavam o estabelecimento, crescia o número de povoadores brasileiros, pela agregação de famílias habitantes dos municípios de Castro e Guarapuava. Hoje conta a colônia 171 brasileiros, e 19 franceses.”<sup>134</sup>

Também em Superaguy, outra colônia existente na província, o número de nacionais era significativo, como informou o vice-presidente Vaz de Carvalhaes, em 1857: “Constava o pessoal do estabelecimento de 88 famílias, compreendendo todas 403 indivíduos. Nesse pessoal entram 55 estrangeiros e 348 brasileiros”.<sup>135</sup>

Os dados de 1858 também apontam para essa tendência: diz o presidente, sobre a colônia Superaguy: “Declarou-me (o diretor Carlos Perret Gentil) que a colônia conta 450 indivíduos que formam 100 famílias das quais 20 francesas e 80 brasileiras”. Sobre a colônia Thereza, disse ele: “Conta mais de 200 indivíduos, sendo 22 franceses e os mais nacionais”.<sup>136</sup>

Já no ano de 1868, a província contava com uma nova colônia: o núcleo militar do Jatahy. Assim como as outras duas colônias existentes, a do Jatahy também apresentava maioria populacional nacional: “A população da colônia é de 210 pessoas, que formam 39 famílias [...] Com exceção de 2 portugueses a população é composta de nacionais.”<sup>137</sup>

---

<sup>134</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Vicente Pires da Motta na Assembléia provincial em 23 de Setembro de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba, 1856.

<sup>135</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice - Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes na Assembléia provincial S/D. Typ. Paranaense, Curitiba, 1857.

<sup>136</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembléia provincial em 7 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858.

<sup>137</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Bacharel José Feliciano Horta de Araujo na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1868. Typ. Paranaense, Curitiba, 1868.

Os números informados em 1870 sobre a população da Colônia Thereza indicam que os nacionais continuavam dominando o cenário populacional daquele núcleo colonial: “Quanto à nacionalidade, são 341 brasileiros, 9 franceses, 1 português e 2 alemães.”, dizia o Vice - presidente Agostinho Ermelino de Leão.<sup>138</sup>

Enfim, apesar de os imigrantes europeus serem vistos como mais capacitados para implementar os projetos colonizatórios, os dados estatísticos apontavam para outra realidade: a presença majoritária de nacionais em relação aos europeus.

Sendo inegável a presença do nacional nos núcleos coloniais, os presidentes passaram a considerar também esses sujeitos dentro do contexto colonizatório, valorizando e indicando as vantagens que os mesmos poderiam representar no contexto da colonização. De acordo com Góes e Vasconcelos, a ideia de se admitir nacionais nos territórios coloniais era algo bastante proveitoso e que deveria ser encorajado, tendo em vista que estes, algumas vezes, eram mais apropriados aos trabalhos que os próprios imigrantes:

“Na colônia Thereza particularmente, há tantos filhos do país, que a denomina seu fundador colônia Franco – Brasileira, e parece-me que é esse um dos lados, porque mais credor se faz de encômios o plano do Dr. Faivre, pois seria um contracenso despender dinheiro e esforços em mandar vir de países remotos colonos para cultivar nossas terras devolutas, deixando, no entanto, entregues ao ócio e á miséria não poucos brasileiros, que talvez, por falta de apoio e direção, não se aplicam com proveito a algum ramo da indústria.”<sup>139</sup>

Assim, para o Presidente da Província, que se mostrou um entusiasta da colonização nacional, o Dr. Faivre, colonizador do núcleo Thereza, merecia elogios não somente por introduzir estrangeiros no país, mas, sobretudo, por inserir na colônia, “não poucos brasileiros”. É interessante notar que o próprio Lamenha Lins, um ícone na História da imigração e colonização do Paraná, já em 1876, julgou como algo positivo a atitude de se atrair nacionais para o contexto de imigração e colonização provincial:

---

<sup>138</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice - Presidente Agostinho Ermelino de Leão na Assembléia provincial em 24 de Dezembro de 1870. Typ. Paranaense, Curitiba, 1870.

<sup>139</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembléia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854.

Bastante laborioso e inteligente, Perret Gentil [...] atraiu a seu núcleo colonial muitas famílias brasileiras que elevaram a população da colônia aos sucessivos anos [...] A sábia direção que seu fundador deu a esta empresa, produziu, como se vê, o feliz resultado de trazer para o país braços produtivos, e abriu aos nacionais ensejo de procurar o seu bem estar no trabalho moralizado. Sem favores dos cofres públicos, e só alimentada pela combinação de uma empresa bem dirigida, fundou-se e subsiste esta colônia para provar a possibilidade da imigração espontânea e as vantagens da colonização nacional.<sup>140</sup>

Notamos também nos relatórios a intenção de se tornar alguns núcleos totalmente nacionais, mesmo que neles se registrasse a presença de imigrantes europeus. Sobre a colônia de Assunguy, registrou o presidente Cesar Burlamaque, em 1867, que a população nacional naquele núcleo seria “florescente, se o pessoal que nela se dedica a agricultura fosse composto unicamente de nacionais, os quais, pelo hábito em que estão, possuem a indispensável prática dos serviços das matas.”<sup>141</sup>

Assim, para o presidente Cesar Burlamaque, os brasileiros eram superiores aos imigrantes e deveriam ser os principais agentes da colonização e do desenvolvimento da província. Valorizando os nacionais, ele os considerava o único meio capaz de promover o progresso na colônia em questão.

Também Lamenha Lins, considerado o presidente idealizador do projeto colonizador na província paranaense, se mostrou favorável à colonização feita unicamente por nacionais, como solução para os problemas enfrentados pela colônia do Assunguy:

Sinto dizer-vos que apesar deste enorme dispêndio, o estado da colônia não é próspero [...] o desânimo entre os colonos é geral, nestes últimos meses tem sido frequente o abandono da colônia por famílias que chegam à capital em procura de trabalho [...] Mais acertado seria ir emancipando a colônia, entregando-as aos nacionais que são incontestavelmente mais aptos para cultivar aquela região [...]<sup>142</sup>

---

<sup>140</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876.

<sup>141</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Polidoro Cesar Burlamaque na Assembléia provincial em 15 de Março de 1867. Typ. Paranaense, Curitiba, 1867.

<sup>142</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876.

### 3.3 Estratégias para fixar os nacionais

Diante dessa inegável presença dos sujeitos nacionais nos núcleos coloniais e do fato de serem eles, em alguns casos, o único meio de progresso para as colônias existentes, o governo provincial passou a interceder por esses brasileiros, através de ações que facilitassem a fixação destes. A instrução, de modo geral, era um fator bastante valorizado como propulsor da vinda e da permanência de colonos europeus na Província do Paraná:

“É aqui ocasião de lembrar-vos uma das necessidades apontadas pelo diretor da colônia do Superaguy: reporto-me à criação de uma escola de instrução primaria ali. A população que conta, reclama, desde já, este melhoramento que, junto a outros, atrairá para aquele ponto maior numero de colonos.”<sup>143</sup>

-----

E devido à inquestionável maioria de nacionais no núcleo de Assunguy, o governo se mostrou preocupado também em relação à educação dos brasileiros, apontando a necessidade de se ter um ensino diferenciado daquele existente, que priorizava a instrução dos filhos de imigrantes. Sobre esse núcleo, afirmou o Vice – presidente Ermelino de Leão:

Convém criar-se ali duas escolas de instrução primária: uma para meninos e outra para meninas e aumentar o ordenado do atual professor da escola para meninos (...) Não pareça muito dar duas escolas para meninos. A população é de nacionais e estrangeiros, o atual professor é um alemão e se desempenha seus deveres, sendo bom mestre para os filhos dos colonos alemães, não é todavia próprio para ensinar a língua e a gramática portuguesa, ler e escrever aos filhos dos nacionais (...)<sup>144</sup>

Com a vinda de imigrantes europeus para a província e com a presença de nacionais nos núcleos coloniais, o contato entre esses sujeitos era uma realidade. Conforme apresentam Balhana, Machado e Westphalen, essa convivência diária poderia

---

<sup>143</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na Assembléia provincial em 19 de Abril de 1861. Typ. Paranaense, Curitiba, 1861.

<sup>144</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice - Presidente Agostinho Ermelino de Leão na Assembléia provincial em 24 de Dezembro de 1870. Typ. Paranaense, Curitiba, 1870.

ser causadora de hostilidades, tendência essa mais facilmente manifestada pela sociedade de adoção contra os imigrantes, pelo fato de considerarem os estrangeiros como privilegiados dos favores governamentais. Isso poderia gerar um desconforto, com a questão da imigração sendo colocada em dúvida.<sup>145</sup> Então, discursos que visavam favorecer os nacionais, em busca de maior justiça e coerência nos investimentos do governo, também passaram a ser realidade.

O presidente Horta de Araujo, em 1868, apresentou propostas que visavam maior favorecimento aos colonos “filhos da terra”, relatando sobre a Colônia do Assunguy:

A colônia que a principio foi destinada a estrangeiros tornou-se mista por força do aviso do ministério da agricultura de 6 de junho de 1861 que mandou admitir nacionais, concedendo-lhes os mesmos favores que aqueles<sup>146</sup>

Lamenha Lins também demonstra sua preocupação em relação aos núcleos coloniais formados principalmente por nacionais, como no caso do Jatahy:

O diretor reclama a abertura de estradas, favores aos colonos nacionais, construção da igreja, conclusão da casa da diretoria [...] Convém realizar estes melhoramentos, pois a colônia tem bons elementos de prosperidade, e como núcleo de colonização nacional, destinado a povoar os nossos sertões, deve merecer todos os cuidados do governo.<sup>147</sup>

Apesar da valorização dos imigrantes para o empreendimento da colonização, vários aspectos foram evidenciando a importância da participação dos nacionais neste processo. Esses brasileiros apareceram no contexto colonizatório como sujeitos detentores da capacidade de desenvolver núcleos coloniais que não encontraram progresso nas mãos estrangeiras, contando até mesmo com o apoio do governo provincial, que buscava incessantemente atrair colonos europeus para a província. Mesmo assim, a consideração originada no século XIX persistiu: a de que os imigrantes,

---

<sup>145</sup> BALHANA, Altiva Pillati; MACHADO, Brasil Pinheiro; Westphalen, Cecília Maria. *Op. cit.*, p. 361.

<sup>146</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Bacharel José Feliciano Horta de Araujo na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1868. Typ. Paranaense, Curitiba, 1868.

<sup>147</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876.

bons ou maus, eram o “único meio de chegarmos mais cedo aos postos avançados em que as lutas generosas do trabalho, da indústria e da inteligência nos esperam”<sup>148</sup>. Esta consideração persistiu também na historiografia, que acabou negligenciando os nacionais e os indígenas, sujeitos que, como nos evidenciaram as fontes, estiveram presentes e atuantes nesse mesmo contexto.

Como pudemos observar, na percepção das autoridades do Executivo provincial havia uma relação estreita entre imigração e colonização, sendo os imigrantes considerados o único meio de se atingir o desenvolvimento almejado na província e no Império em geral. Esses estrangeiros eram vistos como detentores do progresso, pois trariam em sua bagagem técnicas agrícolas avançadas, o hábito de se empenharem no trabalho, a idéia de que a venda da força de trabalho já existente na Europa proporcionaria o desenvolvimento do capitalismo, além da morigeração e dos bons costumes que caracterizavam o homem europeu<sup>149</sup>.

Esta percepção dos Presidentes de Província, que transformava imigração e colonização em fenômenos muito similares, quase sinônimos, de certa forma, foi incorporada pela historiografia, que também estabeleceu esta relação, privilegiando os estudos sobre a inserção de imigrantes nos núcleos coloniais e sua assimilação ao novo território.<sup>150</sup>

Isso ocorre não sem motivo, pois certamente eles tiveram um papel importante no contexto de colonização da província, principalmente no final do século XIX, quando milhares de europeus chegaram às terras paranaenses, instalando-se principalmente em colônias no Rocio da capital.<sup>151</sup> Tal é a influência do imigrante na História do Paraná, que a historiografia credita a esses sujeitos o manejo de transformações estruturais características da urbanização da capital nesse período, como a proliferação de edifícios com finalidades comerciais e industriais, mudanças no estilo arquitetônico, nas tradições religiosas e até mesmo na dieta alimentar da população.<sup>152</sup>

---

<sup>148</sup> PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Jose Cardoso de Araujo Abranches na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1875. Typ. Paranaense, Curitiba, 1875.

<sup>149</sup> BRITO, Fausto. **As migrações e a Transição para o Trabalho Assalariado no Brasil**. Texto apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

<sup>150</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília Maria. op. cit., p. 237.

<sup>151</sup> LAMB, Roberto Edgar. op. cit. p. 78.

<sup>152</sup> BALHANA, Altiva Pilatti. MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília Maria. op. cit., p. 404.

Entretanto, como vimos, os imigrantes não foram os únicos responsáveis pelo desenvolvimento do projeto de colonização da província paranaense. Dados estatísticos e ações político-administrativas apresentados nos relatórios apontaram a presença significativa de nacionais e indígenas nesse contexto, bem como sua efetiva participação dentro do sistema dos núcleos coloniais. Em alguns casos, esses filhos da terra foram considerados os únicos capazes de tirar determinadas colônias do atraso em que se encontravam, tendo em vista que os imigrantes que nela habitavam não conseguiram se adaptar ou estavam mais interessados em encontrar trabalho na capital, longe da vida colonial agrícola.

Mesmo com todas essas evidências inserindo os nacionais na colonização, e apontando para o fato de que muitas vezes eles representavam maior número que os próprios imigrantes, a historiografia tende a negligenciar tais sujeitos, supervalorizando a figura européia. E mesmo quando incluídos no cenário da colonização, os nacionais aparecem como meros coadjuvantes, que deveriam recepcionar os imigrantes europeus da melhor maneira possível, tendo em vista que eles é que trariam progresso e desenvolvimento à província:

“[...] o cenário provincial foi continuamente transformado, com a chegada e instalação de contingentes migratórios de procedência bastante variável. [...] Ano após ano, as alterações na composição populacional evidenciavam este incentivo à imigração, levando os brasileiros, em áreas rurais e urbanas, a um convívio cotidiano com franceses, alemães, ingleses, poloneses, italianos, suíços e outros [...] Entre as responsabilidades cabíveis aos nacionais estava a compreensão da necessidade de concessão de privilégios aos imigrantes, devendo estes serem recebidos com a hospitalidade característica dos paranaenses.”<sup>153</sup>

Ou seja, aos brasileiros restava a crença de que o futuro recompensaria seus esforços,<sup>154</sup> futuro este que seria projetado pelas mãos dos imigrantes laboriosos e morigerados. Porém, o papel exercido pelos nacionais, como demonstrado ao longo desse capítulo, foi muito maior e significativo que apenas a tarefa de serem bons anfitriões. Na verdade, eles, assim como os indígenas, também se encaixavam nos planos de colonização, sendo

---

<sup>153</sup> LAMB, Roberto Edgar. op. cit. p. 41.

<sup>154</sup> *Id. Ibid.*

amparados pelo governo, para que desenvolvessem seu trabalho em colônias nas quais os imigrantes não foram suficientemente capazes de levar ao progresso.

## CONCLUSÃO

Ao término deste trabalho monográfico, esperamos que a pesquisa tenha demonstrado que, apesar da valorização dos imigrantes no projeto de colonização, tanto por parte daqueles que o colocaram em prática, quanto por aqueles que o estudam, outros sujeitos também fizeram parte e contribuíram para sua realização. Através da leitura e análise dos Relatórios dos Presidentes da Província, evidenciamos a presença dos indígenas nos debates a respeito da colonização. Apesar de serem considerados uma verdadeira ameaça por muitas autoridades governamentais e pelos próprios colonos imigrantes, alguns presidentes perceberam que estes sujeitos poderiam ser, na verdade, elementos colonizatórios, ocupando as terras da província e promovendo o desenvolvimento da agricultura. Através dessas considerações e dos dados fornecidos pelos presidentes em seus relatórios, podemos concluir ainda que a ideia dos vazios demográficos que caracterizaram a província em meados do século XIX, e que ainda persiste na historiografia, deve continuar sendo revista e problematizada, afinal, já havia indígenas habitando o território, em uma quantidade suficiente para inquietar as autoridades. Entretanto, ao afirmarmos que alguns presidentes tinham a pretensão de inserir os indígenas no projeto de colonização, encarando-os como potenciais colonos, é preciso fazer algumas ponderações importantes.

Os índios que habitavam a província paranaense sofreram muitas retaliações, sendo encarados por muitos como obstáculos ao sucesso da colonização. Os imigrantes tinham verdadeiro pavor da figura indígena, portanto, era preciso que eles fossem eliminados para que a imigração pudesse se tornar realidade. Uma das soluções encontradas foram os aldeamentos, nos quais os indígenas aprendiam a se portar de maneira semelhante aos chamados civilizados, para que assim pudessem conviver de forma harmônica tanto com nacionais como com imigrantes. Ou seja, os indígenas eram inseridos no projeto de colonização, desde que perdessem suas características culturais e se aproximassem da cultura dita civilizada. Com isso, acabavam perdendo sua verdadeira identidade e aqueles que não se sujeitavam a isso continuavam a significar uma ameaça ao progresso, sendo então eliminados.

Além dos indígenas, os nacionais também estavam presentes nesse contexto de forma significativa, convivendo diretamente com os imigrantes nos núcleos coloniais. Porém, acabaram sendo esquecidos pela historiografia dedicada às temáticas ligadas à

colonização e à imigração. A percepção desse fato, através do estudo das fontes, nos permitiu repensar a tendência criada no século XIX e mantida pela historiografia, que aproxima os termos Colonização e Imigração de tal forma, que acabam se transformando em praticamente sinônimos.

Acreditamos que pesquisas futuras poderão aprofundar a análise desta inserção, buscando entender quem eram esses nacionais, as tensões existentes entre esses sujeitos e os imigrantes, qual o significado das evasões dos estrangeiros que rumavam para a capital, deixando as colônias completamente em mãos nacionais e a implicação desse trânsito para o controle social. Enfim, a documentação envolvendo Imigração e Colonização é muito vasta e ainda pouco explorada, o que permite aos historiadores buscarem nela novos sujeitos e novas abordagens, que permitiram expandir os horizontes no que diz respeito a essas temáticas que tanto marcaram a História do Paraná.

Enfim, gostaríamos de ressaltar o fato de que a parte desta pesquisa que problematizou a presença dos nacionais nos núcleos coloniais não será aqui concluída, estando longe de ser esgotada. Pouquíssima bibliografia foi encontrada a respeito, o que dificultou a execução deste trabalho, mas também serviu como motivação para darmos continuidade a ele. Já pudemos perceber que esses sujeitos estavam nas colônias, convivendo com os imigrantes e atuando junto a eles no processo de colonização da província paranaense. Agora, estamos determinados a pesquisar e descobrir quem eram esses sujeitos, como se relacionavam com os imigrantes e de que maneira se inseriram efetivamente nesse contexto. Acreditamos que as fontes e documentos referentes às colônias, bem como outros documentos oficiais, que se encontram disponíveis no Arquivo Público do Paraná, possam nos dar suporte para a continuidade da pesquisa. Consideramos que o desenvolvimento futuro deste trabalho será de grande importância e contribuição para a historiografia do estado do Paraná, tendo em vista que pouco ou nada se escreveu a respeito dos nacionais no contexto de colonização, porém, conforme aqui apresentamos, eles estavam lá, e não como meros coadjuvantes, mas sim atuando e contribuindo para o desenvolvimento do projeto colonizatório e para a província do Paraná como um todo.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES IMPRESSAS

PARANÁ. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembleia Provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1854\\_a\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1854_a_p.pdf)

\_\_\_\_\_. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembleia Provincial em 08 de Fevereiro de 1855. Typ. Paranaense, Curitiba, 1855. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1855\\_a\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1855_a_p.pdf)

\_\_\_\_\_. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Vicente Pires da Motta na Assembleia provincial em 23 de Setembro de 1856. Typ. Paranaense, Curitiba, 1856. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1856\\_c\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1856_c_p.pdf)

\_\_\_\_\_. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice - Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes na Assembleia Provincial em 08 de Fevereiro de 1857. Typ. Paranaense, Curitiba, 1857. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1857\\_c\\_2v.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1857_c_2v.pdf)

\_\_\_\_\_. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembleia provincial em 7 de Janeiro de 1858. Typ. Paranaense, Curitiba, 1858. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1858\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1858_p.pdf)

\_\_\_\_\_. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Francisco Liberato de Mattos na Assembleia provincial em 7 de Janeiro de 1859. Typ. Paranaense, Curitiba, 1859. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1859\\_a\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1859_a_p.pdf)

\_\_\_\_\_. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente José Francisco Cardoso na Assembleia Provincial em 01 de Março de 1860. Typ. Paranaense, Curitiba, 1860. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1860\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1860_p.pdf)

\_\_\_\_\_. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente José Francisco Cardoso na Assembleia Provincial em 18 de Março de 1861. Typ. Paranaense, Curitiba, 1861. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1861\\_a\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1861_a_p.pdf)

\_\_\_\_\_. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na Assembleia provincial em 19 de Abril de 1861. Typ. Paranaense, Curitiba, 1861. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1861\\_a\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1861_a_p.pdf)

\_\_\_\_\_. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na Assembleia provincial em 15 de Fevereiro de 1862. Typ. Paranaense, Curitiba, 1862. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1862\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1862_p.pdf)

\_\_\_\_\_. *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Sebastião Gonçalves da Silva na Assembleia provincial em 21 de Fevereiro de 1863. Typ. Paranaense, Curitiba, 1863. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1863\\_a\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1863_a_p.pdf)

\_\_\_\_\_ *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente André Augusto de Pádua Fleury na Assembleia provincial em 21 de Março de 1865. Typ. Paranaense, Curitiba, 1865. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1865\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1865_p.pdf)

\_\_\_\_\_ *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente André Augusto de Pádua Fleury na Assembleia provincial em 15 de Fevereiro de 1866. Typ. Paranaense, Curitiba, 1866. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1866\\_a\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1866_a_p.pdf)

\_\_\_\_\_ *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Polidoro Cezar Burlamaque na Assembleia provincial em 15 de Março de 1867. Typ. Paranaense, Curitiba, 1867. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1867\\_a\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1867_a_p.pdf)

\_\_\_\_\_ *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Bacharel José Feliciano Horta de Araujo na Assembleia provincial em 15 de Fevereiro de 1868. Typ. Paranaense, Curitiba, 1868. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1868\\_a\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1868_a_p.pdf)

\_\_\_\_\_ *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Bacharel Antonio Augusto da Fonseca na Assembléia provincial em 06 de Abril de 1869. Typ. Paranaense, Curitiba, 1869. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1869\\_a\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1869_a_p.pdf)

\_\_\_\_\_ *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Vice - Presidente Agostinho Ermelino de Leão na Assembléia provincial em 24 de Dezembro de 1870. Typ. Paranaense, Curitiba, 1870. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1870\\_b\\_v.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1870_b_v.pdf)

\_\_\_\_\_ *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa na Assembléia Provincial em 15 de Fevereiro de 1871. Typ. Paranaense, Curitiba, 1871. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1871\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1871_p.pdf)

\_\_\_\_\_ *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa na Assembléia Provincial em 15 de Fevereiro de 1872. Typ. Paranaense, Curitiba, 1872. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1872\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1872_p.pdf)

\_\_\_\_\_ *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa na Assembléia Provincial em 15 de Fevereiro de 1873. Typ. Paranaense, Curitiba, 1873. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1873\\_b\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1873_b_p.pdf)

\_\_\_\_\_ *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches na Assembléia Provincial em 15 de Fevereiro de 1874. Typ. Paranaense, Curitiba, 1874. <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>

\_\_\_\_\_ *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Frederico José Cardoso de Araújo Abranches na Assembléia Provincial em 15 de Fevereiro de 1875. Typ. Paranaense, Curitiba, 1875. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1875\\_a\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1875_a_p.pdf). 19

\_\_\_\_\_ *Relatório do Presidente de Província do Paraná*, Presidente Adolpho Lamenha Lins na Assembléia provincial em 15 de Fevereiro de 1876. Typ. Paranaense, Curitiba, 1876. [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel\\_1876\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1876_p.pdf)

## BIBLIOGRAFIA

ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das Delícias: Estudo de um grupo imigrante ucraniano (1895 – 1995)**. Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para aprovação junto aos cursos de Pós Graduação em História da UFPR. Curitiba, 1996.

ANDREAZZA, Maria Luiza. NADALIN, Sergio Odilon. **O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante**. Disponível em:  
[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol11\\_n1\\_1994/vol11\\_n1\\_1994\\_5artigo\\_61\\_87.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol11_n1_1994/vol11_n1_1994_5artigo_61_87.pdf)

ARANTES, Aimoré Índio do Brasil. “Bandeiras e Bandeirantes”. In. **Missões: Conquistando almas e territórios**. Governo do Paraná – Secretaria de Estado da Cultura. Curitiba, 2009.

BALHANA, Altiva Pilatti. MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília Maria. **Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização** in *Anais do IV Simpósio Nacional dos professores universitários de História*. São Paulo, 1969. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/?p=16489>

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Vol. 1; Curitiba, PR, 1969.

BALHANA, Altiva Pilati. **Un Mazzolino de Fiori**, vol. I / Cecília Maria Westphalen (org.). Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

BIGG-WHITER, Thomas P. **Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná. 3 anos em suas florestas e campos: 1872/1875**. Coleção Brasil Diferente. Imprensa Oficial do Paraná: Curitiba, 1645.

BRITO, Fausto. **As migrações e a Transição para o Trabalho Assalariado no Brasil**. Texto apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

DOUSTDAR, Neda Montadi. **Imigração Polonesa: Origens de um preconceito**. Dissertação apresentada ao curso de Pós Graduação, Mestrado em História da UFPR, Curitiba, 1990.

LAMB, Roberto Edgar. **Uma jornada civilizadora: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública na Província do Paraná – 1867 a 1882**. Curitiba, 1994.

MONTEIRO, John M. **Tupis, tapuias e Historiadores**: Estudos da História Indígena e do Indigenismo. Tese apresentada para o Concurso de Livre Docência; Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo, UNICAMP. Campinas, 2001.

PEREIRA, Magnus. **Imigração para o Brasil**; relatório sobre a colônia de Assunguy apresentada a ambas as Casas do Parlamento por ordem de Sua Majestade [a Rainha Vitória] em 1875. Monumenta, Curitiba: Aos Quatro Ventos, v. 1, 1998.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**. Ed. UFPR: Curitiba, 1996.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O Imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

PINTO, Divanir de Oliveira; FOOHS, Maria da Glória; PORTES, Marli Uhlmann. **175 Anos da Imigração alemã para Rio Negro: Os pioneiros do Paraná**. UNC, Rio Negro, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **A política Indigenista Brasileira**. Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola. Rio de Janeiro, 1962.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e Brancos no Sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis, Edeme: 1973.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Comércio de animais de carga no Brasil Imperial: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo**. São Paulo: Dissertação em Economia, Unesp, 2006.

WILLENS, Emilio. **Aculturação dos alemães no Brasil: Estudo Antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1980.

WITTMANN, Luisa T. **O Vapor e o Botoque**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.